



República de Moçambique
Ministério da Administração Estatal

PERFIL DO DISTRITO DE LALAUÁ

PROVÍNCIA DE NAMPULA



Edição 2005

A informação incluída nesta publicação provém de fontes consideradas fiáveis e tem uma natureza informativa, não constituindo parecer profissional sobre a estratégia de desenvolvimento local. As suas conclusões não são válidas em todas as circunstâncias. Noutros casos, deverá ser solicitada opinião específica ao Ministério da Administração Estatal ou à firma MÉTIER - Consultoria & Desenvolvimento, Lda.

Série: Perfis Distritais

Edição: 2005

Editor: Ministério da Administração Estatal

Coordenação: Direcção Nacional da Administração Local

Copyright © 2005 Ministério da Administração Estatal.

Um resumo desta publicação está disponível na Internet em: <http://www.govnet.gov.mz/>

Assistência técnica: MÉTIER – Consultoria & Desenvolvimento, Lda

Um resumo desta publicação está disponível na Internet em: <http://www.metier.co.mz>

Índice

Prefácio	v
Siglas e Abreviaturas	vii
MAPA DA LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO DISTRITO	viii
1 Breve Caracterização do Distrito	2
1.1 Localização, Superfície e População	2
1.2 Clima e Hidrografia	2
1.3 Infra-estruturas	3
1.4 Economia e Serviços	4
2 História, Política e Sociedade	7
3 Demografia	10
3.1 Estrutura etária e por sexo	10
3.2 Traço sociológico	10
3.3 Línguas faladas	11
3.4 Analfabetismo e Escolarização	11
4 Habitação e Condições de Vida	12
5 Organização Administrativa e Governação	14
5.1 Governo Distrital	14
5.2 Reforma do sector público	16
5.3 Síntese dos resultados da actividade dos órgãos distritais	17
5.3.1 Agricultura, Ambiente e Desenvolvimento Rural	18
5.3.2 Obras públicas	19
5.3.3 Educação e Saúde	19
5.3.4 Cultura, Juventude e Desporto	20
5.3.5 Mulher e Coordenação da Acção Social	20
5.3.6 Justiça, Ordem e Segurança pública	20
5.4 Finanças Públicas	21
5.5 Constrangimentos à acção do Governo Distrital	22
5.6 Participação comunitária	22
5.7 Apoio externo	22
6 Posse e Uso da Terra	23
6.1 Posse da terra	23
6.2 Trabalho agrícola	24
6.3 Utilização económica do solo	25
6.3.1 Agricultura	25
6.3.2 Pecuária e Avicultura	25
6.3.3 Produção não agrícola	25

7	Educação	26
8	Saúde e Acção Social	29
8.1	Cuidados de saúde e quadro epidémico	29
8.2	Acção Social	30
9	Género	31
9.1	Educação	31
9.2	Actividade económica e exploração da terra	32
9.3	Governança	33
10	Actividade Económica	34
10.1	População economicamente activa	34
10.2	Orçamento familiar	34
10.3	Segurança alimentar e estratégias de sobrevivência	35
10.4	Infra-estruturas de base	36
10.5	Agricultura e Desenvolvimento Rural	38
10.5.1	Produção agrícola e sistemas de cultivo	38
10.5.2	Pecuária	39
10.5.3	Pescas, Florestas e Fauna bravia	39
10.6	Indústria, Comércio e Serviços	40
	Anexo: Autoridade Comunitária no Distrito de Lalaua	41
	Documentação consultada	42

Lista de tabelas

TABELA 1:	População por posto administrativo, idade e sexo, 1/1/2005	10
TABELA 2:	Agregados, segundo a dimensão e o tipo sociológico	10
TABELA 3:	População, segundo o estado civil e a crença religiosa	11
TABELA 4:	População, consoante o conhecimento de Português	11
TABELA 5:	População, por condição de alfabetização, 1997	11
TABELA 6:	Famílias, tipo de casa e condições básicas de vida	12
TABELA 7:	População, por condição de frequência escolar	26
TABELA 8:	População, por nível de ensino que frequenta	27
TABELA 9:	População, por nível de ensino concluído	27
TABELA 10:	Escolas, alunos e professores, 2003	28
TABELA 11:	Unidades de saúde, camas e pessoal, 2003	29
TABELA 12:	Indicadores de cuidados de saúde, 2003	29
TABELA 13:	População, por condição de orfandade, 1997	30
TABELA 14:	População deficiente, por idade e residência, 1997	30
TABELA 15:	Rede de estradas	37
TABELA 16:	Produção agrícola, por principais culturas: 2000-2003	39

Lista de figuras

FIGURA 1:	Famílias, por condições básicas de vida.....	12
FIGURA 2:	Habitações, por tipo de materiais usados	13
FIGURA 3:	Habitações, segundo a fonte de abastecimento de água.....	13
FIGURA 4:	Estrutura do orçamento distrital, 2004	21
FIGURA 5:	Estrutura de exploração agrária da terra	24
FIGURA 6:	Explorações e área, por culturas principais.....	25
FIGURA 7:	População, por nível de ensino que frequenta.....	26
FIGURA 8:	Indicadores de escolaridade, por sexos	31
FIGURA 9:	Quota das mulheres no trabalho agrícola e remunerado.....	32
FIGURA 10:	População activa, por ramo de actividade, 2005.....	34
FIGURA 11:	Consumo familiar, por grupo de produtos e serviços	35
FIGURA 12:	Distribuição das famílias, segundo o rendimento mensal	35



Prefácio



Com 800 mil km² de superfície e uma população de 19,5 milhões de habitantes, Moçambique inicia o séc. XXI, com exigências inadiáveis de engajamento de todos os níveis da sociedade e dos vários intervenientes institucionais e parceiros de cooperação, num esforço conjugado de combate à pobreza e desigualdade e de promoção do desenvolvimento económico e social do País.

Efectivamente, alcançar estes propósitos, num contexto de interdependência dos objectivos de reconstrução e desenvolvimento com os do crescimento, requer o empenho de todos os sectores, grupos e comunidades da sociedade moçambicana.

Na esfera da governação, esta exigência abrange todos os níveis territoriais e cada uma das instituições públicas, estando a respectiva política do Governo enunciada nos preceitos Constitucionais sobre a Descentralização e a Reforma do Sector Público.

A Lei dos Órgãos Locais, n.º 8/2003 de 27 de Março, ao estabelecer os novos princípios e normas de organização, competências e de funcionamento destes órgãos nos escalões de província, distrito, posto administrativo e localidade, dotou o processo de um novo quadro jurídico que reforça e operacionaliza a importância estratégica da governação local.

Neste contexto, o *Distrito* é um conceito territorial e administrativo essencial à programação da actividade económica e social e à coordenação das intervenções das instituições nacionais e internacionais. Avaliar o potencial distrital e o seu grau de sustentabilidade, bem como o nível de ajustamento do respectivo aparelho administrativo e técnico às necessidades do desenvolvimento local, é, pois, um passo primordial.

É, neste contexto, que o Ministério da Administração Estatal elaborou e procede à publicação dos Perfis dos 128 Distritos de Moçambique.

Fá-lo, numa abordagem integrada com o processo de fortalecimento da gestão e planificação locais, proporcionando – para cada distrito, no período que medeia 2000 a 2004 – uma avaliação detalhada do grau local de desenvolvimento humano, económico e social.

Estamos certos que este produto, apetrechará as várias Instituições públicas e privadas, nacionais ou internacionais, com um conhecimento de todo o país, que potencia o prosseguimento coordenado das acções de combate à pobreza em Moçambique.



República de Moçambique
Ministério da Administração Estatal

Efectivamente, entendemos os Perfis Distritais como um contributo para um processo de gestão que integra, por um lado, os aspectos organizacionais e de competências distritais e, por outro, as questões decorrentes do desenvolvimento e da descentralização nas áreas da planificação e da afectação e gestão dos recursos públicos.

A presidir à definição do seu conteúdo e estrutura, está subjacente a intenção de fortalecer um ambiente de governação:

- dominado pela visão estratégica local e participação comunitária;
- promotor da gradual implementação de modelos de negócio da administração distrital ajustados às prioridades da região, ao quadro de desconcentração de competências e ao sistema de afectação de recursos públicos; e
- integrado em processos de apropriação local na decisão e responsabilização na execução.

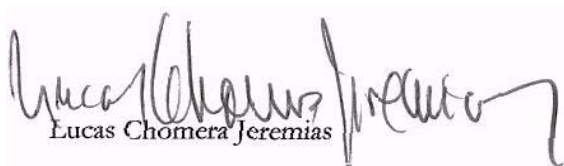
Para a sua elaboração, foram preciosos os contributos recebidos de várias instituições ao nível central e local, de que destacamos, todos os Governos Provinciais e Distritais, o Instituto Nacional de Estatística, o Ministério do Plano e Finanças, o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde.

A todos os intervenientes e, em particular aos Administradores de Distrito, que estas publicações sejam consideradas como um gesto de agradecimento e devolução. Uma menção de apreço, ainda, ao grupo MÉTIER, Consultoria e Desenvolvimento, pela assistência técnica prestada na análise da vasta informação recolhida.

A finalizar, referir que a publicação destes Perfis insere-se num esforço continuado, por parte do Ministério da Administração Estatal e da sua Direcção Nacional de Administração Local, de monitoria do desenvolvimento institucional da administração pública local e do seu gradual ajustamento às exigências do desenvolvimento e crescimento em Moçambique.

Entusiasmamos, pois, todas as contribuições e comentários que possam fazer chegar a essa Direcção Nacional, no sentido de melhorar e enriquecer o conteúdo futuro dos Perfis.

Maputo, 25 de Setembro de 2005.



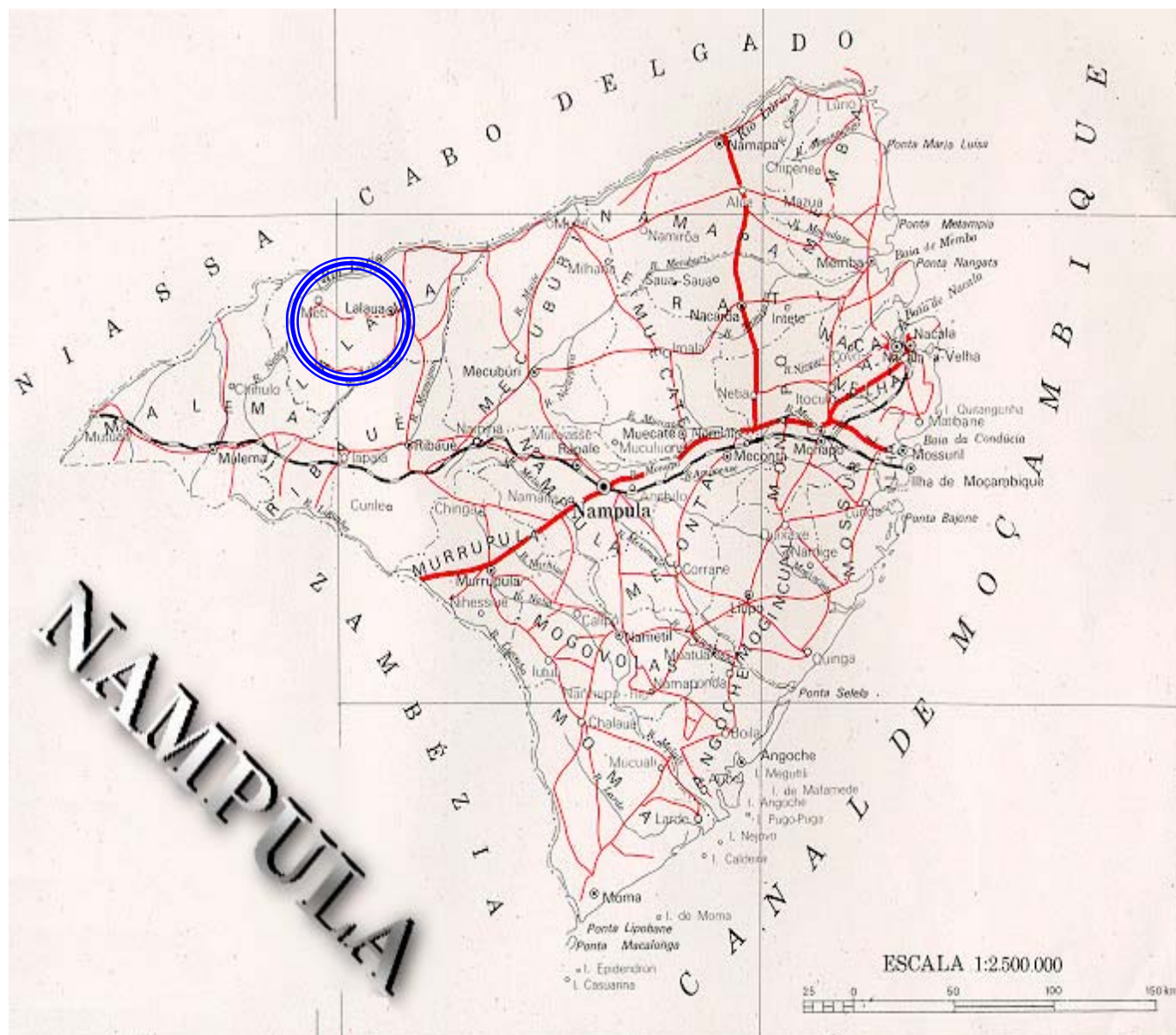
Lucas Chomera Jeremias

Ministro da Administração Estatal

Siglas e Abreviaturas

AD	Administração Distrital
DDADR	Direcção Distrital de Agricultura e Desenvolvimento Rural
DDMCAS	Direcção Distrital da Mulher e Coordenação da Acção Social
DNAL	Direcção Nacional da Administração Local
DNPO	Direcção Nacional do Plano e Orçamento
EDM	Electricidade de Moçambique
EN	Estrada Nacional
IAF	Inquérito aos agregados familiares, sobre o orçamento familiar
INE	Instituto Nacional de Estatística
IRDF	Inquérito às receitas e despesas das famílias
MADER	Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural
MAE	Ministério da Administração Estatal
MPF	Ministério do Plano e Finanças
PA	Posto Administrativo
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRM	Polícia da República de Moçambique
TDM	Telecomunicações de Moçambique
PSAA	Pequeno Sistema de Abastecimento de Água

MAPA DA LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO DISTRITO



1 Breve Caracterização do Distrito

1.1 Localização, Superfície e População

O distrito de Lalaua está localizado no extremo noroeste da Província de Nampula., confinando a Norte com os distritos de Namuno e Nipepe das Províncias de Cabo-Delgado e Niassa, respectivamente, através do Rio Lúrio, a Sul com o Distrito de Ribáuè, a Este com o Distrito de Mecuburi através do Rio Mepuipui, a Oeste com o Distrito de Malema e a Sudoeste com o Distrito de Ribáuè através do Rio Ico.

Com uma superfície¹ de 4.651 km² e uma população recenseada em 1997 de 55.912 habitantes e estimada, à data de 1/1/2005, em 67.196 habitantes, este distrito tem uma densidade populacional de 14.7 hab/km².

A relação de dependência económica potencial é de aproximadamente 1:1, isto é, por cada 10 crianças ou anciões existem 10 pessoas em idade activa.

A população é jovem (47%, abaixo dos 15 anos de idade), maioritariamente feminina (taxa de masculinidade de 49%) e de matriz rural.

1.2 Clima e Hidrografia



Climaticamente a região é dominada por climas do tipo semi-árido e sub-húmido seco. A precipitação média anual varia de 800 a 1200 mm, enquanto a evapotranspiração potencial de referência (ET_o) está entre os 1300 e 1500 mm.

A precipitação média anual pode contudo, localmente, por vezes exceder os 1500 mm, tornando-se o clima do tipo sub-húmido chuvoso. Em termos da temperatura média durante o período de crescimento das culturas, há regiões cujas temperaturas excedem os 25°C, embora em geral a temperatura média anual varie entre os 20 e 25°C. A zona constitui a área de influência dos vales dos rios Mecúburi e Lúrio.

Corresponde às terras de altitudes compreendidas entre os 200 e 500 metros, de relevo ondulado, interrompido de quando em quando pelas formações rochosas dos “inselbergs”. Fisiograficamente a área é constituída por uma zona planáltica baixa que, gradualmente

passa para um relevo mais dissecado com encostas mais declivosas intermédias, da zona subplanáltica de transição para a zona litoral.

Os dambos (ndabo nas línguas locais) são formas especiais dos vales, depressões hidromórficas suaves ou vales extensos, não profundos, sem escoamento de água na forma de uma linha de drenagem ou mesmo leito de rio. O escoamento superficial é lento e difuso para além de poder ainda beneficiar da contribuição do fluxo de água subterrânea, principalmente nas zonas cujos depósitos apresentam texturas grosseira e arenosa. Estas unidades de terreno são ainda características das áreas mais planas ao longo dos divisores de água dos rios.

A fisiografia é dominada pela alternância de interflúvios e os vales dos rios que, devido á sua largura, profundidade e posição (em relação aos rios), poderão alternar com dambos.

Os vales dos rios são dominados por solos aluvionares (Fluvisols), escuros, profundos, de textura pesada a média, moderadamente a mal drenados, sujeitos a inundação regular. Nos dambos encontram-se solos hidromórficos de textura variada, desde arenosos de cores cinzentas, arenosos sobre argila a solos argilosos estratificados, de cor escura (Mollic, Gleyic e Dystric Gleysols, e Haplic e Luvic Phaeozems).

Os topos e encostas superiores dos interfluvios são dominados por complexos de solos vermelhos e alaranjados (Rhodic Ferralsols, Chromic Luvisols), e amarelos (Haplic Lixisols e Haplic Ferralsols).

A maioria dos solos apresentam texturas média a pesada, sendo profundos, bem a moderadamente bem drenados. Nas encostas intermédias dos interflúvios os solos variam de cor, desde solos com cores pardo-acastanhada a castanho-amareladas, moderadamente bem drenados, com textura argilosa.

1.3 Infra-estruturas

O distrito de Lalaua é servido por transportes rodoviários e ligações via rádio. Foram reabilitados 310Km de estradas e, hoje, quase todas estão transitáveis, com excepção dos 50 quilómetros que ligam a sede à localidade de Lúrio.

¹ Direcção Nacional de Terras CADASTRO NACIONAL DE TERRAS <http://www.dinageca.gov.mz/dnt/>

A circulação de pessoas e bens é notória, embora as empresas vocacionadas raras vezes operam no Distrito. Os vulgos “Chapa 100”, é que são mais frequentes.

O Distrito de Lalaua apresenta um crescimento notável no domínio da comunicação. Estão montados e operacionais seis rádios de transmissão nas instituições do Estado e privados, nomeadamente Administração Distrital, Posto Administrativo do Méti, Direcção Distrital de Agricultura e Desenvolvimento Rural, Comando Distrital da PRM, Telecomunicações de Moçambique, Sede do Partido Frelimo e João Ferreira dos Santos.

A água é um recurso escasso no distrito. Existem povoados em que as populações têm que percorrer entre 2 a 6Km até à fonte de água mais próxima. Existe um sistema de água canalizada em Lalaua (sede) e de dois furos em Méti, ambos equipados com bombas manuais. A empresa Água Rural tem prestado apoio na recuperação de furos. Construção de fontes de água em Naquesse, Lalaua-Velha e substituição de torneiras na Vila Sede.

As Vilas Sede de Lalaua e Méti desfrutam de energia eléctrica fornecida por grupos geradores.

O distrito possui 49 escolas (das quais, 46 do ensino primário nível 1), e está servido por 5 unidades sanitárias, que possibilitam o acesso progressivo da população aos serviços do Sistema Nacional de Saúde, apesar de a um nível bastante insuficiente como se conclui dos seguintes índices de cobertura média:

- Uma unidade sanitária por cada 15 mil pessoas;
- Uma cama por 3.600 habitantes; e
- Um profissional técnico para cada 2.100 residentes no distrito.

Apesar dos esforços realizados, importa reter que o estado geral de conservação e manutenção das infra-estruturas não é suficiente, sendo de realçar a rede de bombas de água a necessitar de manutenção, bem como a rede de estradas e pontes que, na época das chuvas, tem problemas de transitibilidade.

1.4 Economia e Serviços

A agricultura é a actividade dominante e envolve quase todos os agregados familiares. De um modo geral, a agricultura é praticada manualmente em pequenas explorações familiares em regime de consociação de culturas com base em variedades locais.

A produção agrícola é feita predominantemente em condições de sequeiro, nem sempre bem sucedida, uma vez que o risco de perda das colheitas é alto, dada a baixa capacidade de armazenamento de humidade no solo durante o período de crescimento das culturas.

De uma forma generalizada pode-se dizer que a região é caracterizada pela ocorrência de três sistemas de produção agrícola dominantes. O primeiro corresponde à vasta zona planáltica baixa onde domina a consociação das culturas alimentares, nomeadamente mandioca/milho/feijões nhemba e boer, como culturas de 1ª época (época das chuvas) e a produção de arroz pluvial nos vales dos rios, dambos e partes inferiores dos declives. Na maioria da região, este sistema é característico do topo dos interflúvios, declives superiores e intermédios.

O segundo sistema de produção é dominado pela cultura pura de mapira, ocasionalmente consociada com milho e feijão nhemba. As culturas de meixoeira e amendoim podem aparecer em qualquer uma das consociações. A mandioca é a cultura mais importante em termos de área e é cultivada tanto em cultivo simples, como em cultivo consociado com feijão ou amendoim.

O algodão corresponde ao terceiro sistema de produção, e constitui a principal cultura de rendimento da região. Os três sistemas de produção agrícola aqui descritos ocorrem em regime de sequeiro. O sistema agro-silvícola do cajú, menos característico desta zona, chega, porém, a ser ocasionalmente dominante em alguns distritos (Monapo, Muecate, Mecuburi).

Somente em 2003, após o período de seca e estiagem que se seguiu e a reabilitação de algumas infra-estruturas, se reiniciou timidamente a exploração agrícola do distrito e a recuperação dos níveis de produção.

O fomento pecuário no distrito tem sido fraco. Porém, dada a tradição na criação de gado e algumas infra-estruturas existentes, verificou-se algum crescimento do efectivo pecuário.

Dada a existência de áreas de pastagem, há condições para o desenvolvimento da pecuária, sendo as doenças e a falta de fundos e de serviços de extensão, os principais obstáculos ao seu desenvolvimento.

O distrito possui reservas comunitárias em Naquessa, Muluti, Neoce, Naculué, Rupé e Lúrio, onde predominam espécies como a Umbila, Jambire, Chanfuta, Pau-preto, Pau-rosa, Umbaua, Metil, Netonha entre outras.

A fauna bravia não tem grande importância em termos de caça comercial ou turismo. A caça de pequenos animais (gazelas) constitui um suplemento dietético para as famílias. Foram realizadas palestras para sensibilizar as comunidades para a utilização sustentável dos recursos faunísticos. A prática das queimadas descontroladas reduziu em 5% em relação ao quinquénio anterior.

O distrito está localizado nas margens do Lúrio, um dos mais importantes rios do norte do país, sendo o peixe frequentemente incluído na dieta alimentar das famílias.

A pequena indústria local (pesca, carpintaria e artesanato) surge como alternativa à actividade agrícola, ou prolongamento da sua actividade.

Apesar de relativamente isolado em relação a centros urbanos, o distrito de Lalaua começa a ter algumas ligações comerciais com mercados da região. A produção agrícola excedentária e o caju, algodão e tabaco, são o motor da actividade comercial, sendo comum a vinda de comerciantes de fora, nomeadamente de Nampula, para comprar produtos locais.

Pesquisas realizadas indicam existirem pedras semipreciosas nas zonas de Namige, Natuva, Nípeue, Munoce, Namarrepo, Mululi Caia, Lalaua-Velha e Sede, ainda por explorar.

Não existe nenhuma instituição bancária a operar no distrito, nem nenhum sistema formal de crédito em condições acessíveis aos operadores locais. As possibilidades de acesso ao crédito derivam de prática no sector informal, nomeadamente dos comerciantes locais e dos familiares dos interessados.

2 História, Política e Sociedade

A vida dos habitantes e naturais de Lalaua, foi semelhante à dos habitantes de outras regiões da Província de Nampula.

Primitivamente, a população estabeleceu-se entre os rios Lúrio e Lalaua até ao actual Distrito de onde tiveram de emigrar em finais do século XVIII e princípios do século XIX para fugirem aos traficantes de escravos que os vinham capturar em Lalaua Velha, para os venderem aos Europeus. A passagem para outras regiões como Nipepe, Malema e Mecuburi foi-lhes sempre muito penosa.

Para comercializar o seu tabaco tinham, muitas vezes, que se deslocar a pé até Nametil, Boila e Angoche, levando dias e noites ao sol e à chuva. A escravatura também deixou aqui fortes marcas.

Entre os anos de 1962 a 1969, no lugar conhecido por Mputuele em Lalaua-Sede foram fuziladas várias pessoas, entre régulos e civis, por se suspeitar que mantinham ligações com a FRELIMO. Muitos presos eram atirados da ponte sobre o Rio Lalaua sem que tivessem sido julgados.

A *liderança tradicional* é assegurada pelos seguintes representantes do poder ao nível da comunidade:

- Régulos e Secretários de Bairros;
- Chefes de Grupos de Povoações;
- Chefe da Povoação;
- Chingore;
- Outras personalidades na comunidade respeitadas e legitimadas pelo seu papel social, cultural, económico e religioso.



Na liderança tradicional existe uma espécie de divisão de trabalho e de funções entre os diferentes líderes das comunidades. Assim, os Secretários têm hoje como função principal a mobilização da comunidade para as tarefas sociais e económicas. Os líderes tradicionais tratam principalmente dos aspectos tradicionais, tais como, cerimónias, ritos e conflitos sociais.

No âmbito da implementação do Decreto 15/2000 sobre as autoridades comunitárias de 1ª e 2ª linhas (régulos, chefes de terras e secretários de bairro), de acordo com as entidades provinciais e distritais, foi levado a cabo um trabalho de divulgação do mesmo em todos os Postos Administrativos, Localidades, Aldeias e Povoações, tendo sido envolvidas todas as camadas sociais.

Neste contexto, foram legitimados 128 Líderes Comunitários, de entre chefes de Povoações, Secretários de Aldeias e Bairros. Foram reconhecidos, 4 líderes comunitários, todos do 1º escalão.

A relação entre a Administração do Distrito e as Autoridades Comunitárias é positiva e tem contribuído para a solução dos vários problemas locais, nomeadamente os surgidos devido aos conflitos de terras existentes no distrito e outros que caem no âmbito das suas competências, nomeadamente:

- Colaboração na manutenção da Paz e harmonia social;
- Articulação com os tribunais comunitários na resolução de conflitos de natureza civil, tomando em conta os usos e costumes locais;
- Mobilização e organização das populações para construção e manutenção de fontes de abastecimento de água e aumento da área de produção;
- Mobilização das comunidades locais na manutenção das vias de acesso, locais sagrados e construção de latrinas melhoradas;
- Educação cívica das comunidades sobre o uso sustentável e gestão de recursos naturais, incluindo a prevenção das queimadas descontroladas e caça ilegal;
- Mobilização e organização das populações para o pagamento do Imposto de Reconstrução Nacional;
- Mobilização dos pais e encarregados de educação para mandarem os seus filhos à escola, principalmente as raparigas; e
- Divulgação das Leis, deliberação dos Órgãos Locais do estado e outras informações úteis à comunidade.

Através dos líderes comunitários, as populações têm-se envolvido na busca de soluções para os problemas existentes, nomeadamente, no combate à criminalidade, em colaboração com a Polícia Comunitária, através da apreensão e denúncia de delinquentes; no combate ao cultivo, consumo e comercialização de estupefacientes (suruma); na abertura de vias de

acesso; na confecção de tijolos no âmbito do programa de “*comida por trabalho*” e na abertura de poços comunitários usando material convencional ou local.

A *religião* dominante é a Muçulmana, praticada pela maioria da população do distrito. Existem outras crenças no distrito, sendo prática corrente que os representantes das hierarquias religiosa se envolvam, em coordenação com as autoridades distritais, em várias actividades de índole social.

3 Demografia



O distrito tem uma superfície de 4.651 km² e uma população, à data de 1/1/2005, de 67 mil habitantes. Com uma densidade populacional de 15 hab/km², estima-se que o distrito atinja, em 2010, os 73 mil habitantes.

3.1 Estrutura etária e por sexo

Com uma população jovem (47%, abaixo dos 15 anos) e um índice de masculinidade de 49%, este distrito tem uma matriz marcadamente rural. A estrutura etária da população do distrito reflecte uma relação de dependência económica de 1:1, isto é, por cada 10 crianças ou anciões existem 10 pessoas em idade activa.

TABELA 1: População por posto administrativo, idade e sexo, 1/1/2005

	TOTAL	Grupos etários				
		0 - 4	5 - 14	15 - 44	45 - 64	65 e mais
DISTRITO DE LALAU	67.196	14.206	17.328	27.874	6.171	1.618
Homens	33.173	7.133	9.011	12.798	3.202	1.029
Mulheres	34.024	7.073	8.317	15.076	2.970	589
P.A. de LALAU	49.355	10.413	12.684	20.534	4.583	1.142
Homens	24.396	5.274	6.582	9.411	2.404	725
Mulheres	24.959	5.139	6.102	11.123	2.179	417
P.A. de METI	17.841	3.793	4.644	7.340	1.589	476
Homens	8.777	1.859	2.429	3.387	798	304
Mulheres	9.064	1.934	2.215	3.953	791	172

Fonte: Estimativa da MÉTIER, na base do INE, Dados do Censo de 1997.

3.2 Traço sociológico

Das 18.160 famílias do distrito, a maioria é do tipo sociológico nuclear com filhos (44%), isto é, com um ou mais parentes para além de filhos e têm, em média, 3 a 5 membros.

TABELA 2: Agregados, segundo a dimensão e o tipo sociológico

% de agregados, por dimensão			Média de pessoas, por agregado		
1 - 2	3 - 5	6 e mais	TOTAL	< 15 anos	≥ 15 anos
29,9%	53,2%	17,0%	3,7	1,8	1,9
Tipo Sociológico de Agregado Familiar					
Unipessoal	Monoparental ⁽¹⁾		Nuclear		Alargado ⁽²⁾
	Masculino	Feminino	Com filhos	Sem filhos	
7,2%	0,8%	12,2%	43,5%	15,2%	21,2%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

1) Família com um dos pais.

2) Família nuclear ou monoparental com ou sem filhos e um ou mais parentes.

Lalaua



PÁGINA 10

Na sua maioria casados, após os 12 anos de idade, têm forte crença religiosa, dominada pela religião Muçulmana.

TABELA 3: População, segundo o estado civil e a crença religiosa

Com < 12 anos	Com 12 anos ou mais, por Estado civil				
	Total	Solteiro	Casado ou união	Separado/ Divorciado	Viuvo
41,4%	58,6%	12,1%	42,2%	2,5%	1,9%
Com Crença Religiosa					
Total	Muçulmana	Católica	Evangélica	Animista	Outra
100,0%	64,3%	18,3%	11,0%	5,4%	6,4%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

3.3 Línguas faladas

Tendo por língua materna dominante o *Emakwva*, 77% da população do distrito com 5 ou mais anos de idade não sabem português, sendo o seu conhecimento preferencial nos homens, dada a maior inserção na vida social e escolar e no mercado de trabalho.

TABELA 4: População, consoante o conhecimento de Português

	Sabe falar Português			Não sabe falar Português		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
DISTRITO DE LALAU	23,1%	17,7%	5,4%	76,9%	33,9%	43,0%
5 - 9 anos	2,0%	1,2%	0,8%	18,3%	9,2%	9,1%
10 - 14 anos	3,5%	2,4%	1,1%	8,9%	4,3%	4,7%
15 - 19 anos	3,2%	2,4%	0,8%	8,3%	4,0%	4,3%
20 - 44 anos	12,0%	9,5%	2,5%	29,1%	10,7%	18,4%
45 anos e mais	2,4%	2,2%	0,2%	12,3%	5,7%	6,5%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

3.4 Analfabetismo e Escolarização

Com 82% da população analfabeta, predominantemente mulheres, a taxa de escolarização no distrito é baixa. Somente 38% dos habitantes² frequentam ou já frequentaram a escola.

TABELA 5: População, por condição de alfabetização, 1997

	Taxa de analfabetismo		
	TOTAL	Homens	Mulheres
DISTRITO DE LALAU	82,1%	70,1%	93,7%
5 - 9	94,6%	93,1%	96,2%
10 - 14	76,8%	69,0%	85,9%
15 - 44	76,8%	57,3%	93,3%
45 e mais	88,4%	79,8%	98,6%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

² Com 5 ou mais anos de idade.

4 Habitação e Condições de Vida

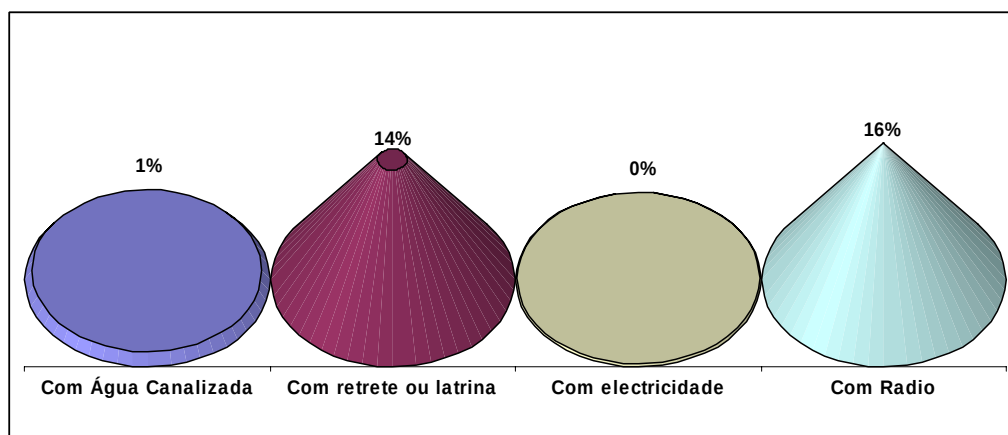


O tipo de habitação modal do distrito é “a *palhota*, com pavimento de terra batida, tecto de capim ou colmo e paredes de caniço ou paus”.

Em relação a outras utilidades, o padrão dominante é o de famílias “sem rádio e electricidade, dispondo de 3 bicicletas em cada dez famílias, e vivendo em palhotas sem latrina e água colhida

directamente em poços e furos ou nos rios e lagos”.

FIGURA 1: Famílias, por condições básicas de vida



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

TABELA 6: Famílias, tipo de casa e condições básicas de vida

CONDIÇÕES BÁSICAS EXISTENTES	TIPO DE HABITAÇÃO							
	TOTAL		Moradia ou Apartamento		Casa de madeira e zinco		Palhota ou casa precária	
			Casas	Pessoas	Casas	Pessoas	Casas	Pessoas
Com Água Canalizada	1%	1%	3%	3%	0%	0%	1%	1%
Com retrete ou latrina	14%	15%	20%	21%	71%	71%	14%	15%
Com electricidade	0%	0%	1%	0%	0%	0%	0%	0%
Com Radio	16%	17%	21%	26%	29%	25%	16%	17%

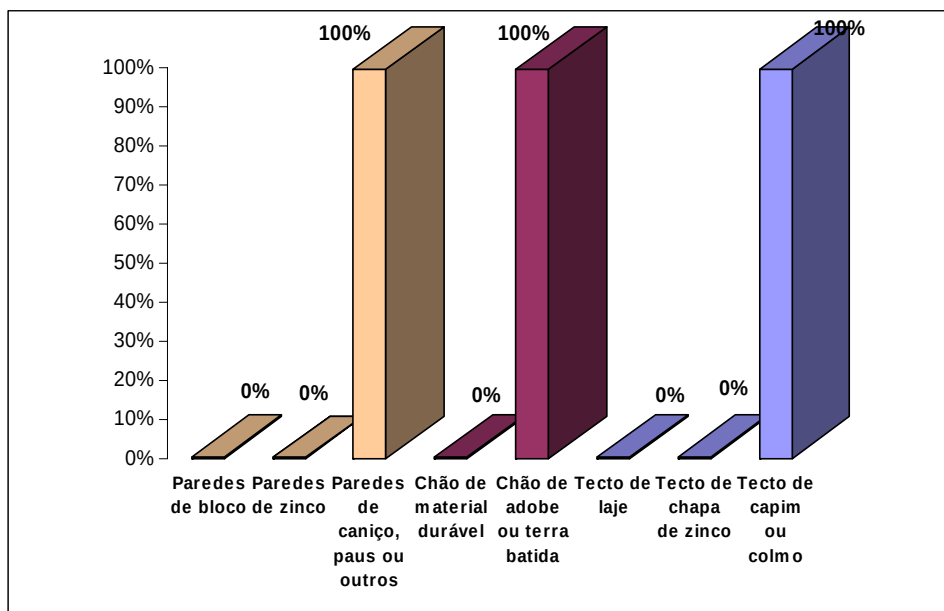
Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

No que diz respeito às paredes, pavimento e tecto, o material de construção dominante é, respectivamente o caniço ou paus, a terra batida e o capim ou colmo.

Lalaua



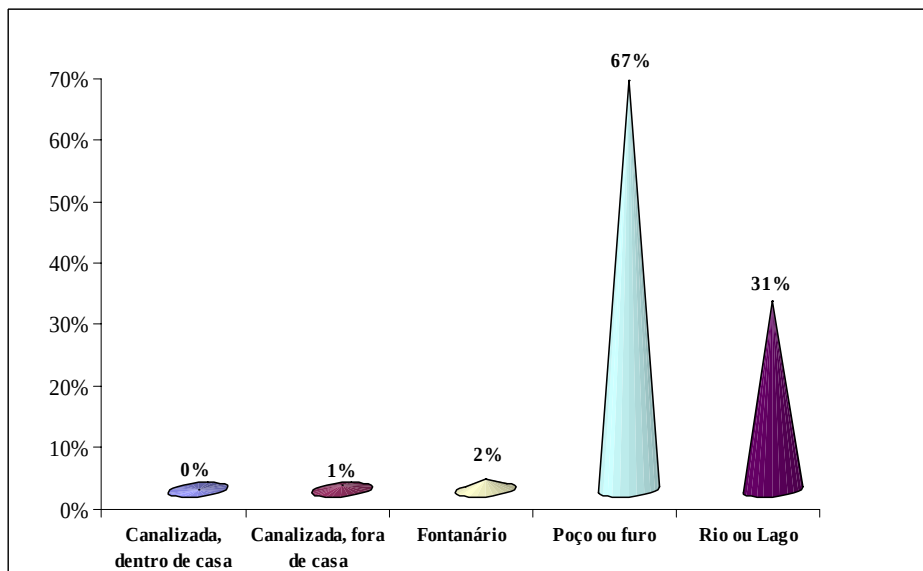
FIGURA 2: Habitações, por tipo de materiais usados



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

Em particular, no que concerne às fontes de abastecimento de água, verifica-se que na sua maioria a população do distrito é abastecida por poços e furos (67%) ou recorre directamente aos rios ou lagos (31%).

FIGURA 3: Habitações, segundo a fonte de abastecimento de água



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

5 Organização Administrativa e Governação

O distrito tem dois Postos Administrativos: Lalaua-Sede e Meti que, por sua vez, estão subdivididos em 4 Localidades.

LALAUUA
LALAUUA - SEDE
LURIO
METI
METI - SEDE
NAQUESSA 2

5.1 Governo Distrital



O Governo Distrital, dirigido pelo Administrador de Distrito, está estruturado nos seguintes níveis de direcção e coordenação:

- Gabinete do Administrador, Administração e Secretaria;
- Direcção Distrital da Agricultura e Desenvolvimento Rural;
- Direcção Distrital da Educação;
- Direcção Distrital da Saúde;
- Direcção Distrital das Mulher e Coordenação da Acção Social;
- Delegação do Registo Civil e Notariado;
- Comando Distrital da PRM.

Para além destes órgãos, estão também adstritos ao Governo Distrital, os seguintes organismos:

- Direcção das Prisões;
- Delegação Distrital de Coordenação da Acção Ambiental;
- Representação do INAS e do sector do Trabalho; e
- Direcção do SISE.

A gestão da vila, desde os serviços de higiene, salubridade e fornecimento de água potável é igualmente garantida pela Administração do Distrito.

Com um total de 25 funcionários (dos quais, 3 são mulheres), apresenta a seguinte distribuição por categorias profissionais:

- Técnicos Médios

2

■ Assistentes Técnicos	3
■ Operários, Auxiliares Administrativos e Agentes de Serviço	5
■ Pessoal auxiliar	15

Infra-Estrutura	Entidade Proprietária	Ano Construção	Local	Reabilitação	Conclusão
Edifício Adm/tração	Administração	-	Lalaua	1998	1998
Residência Administrador	Administração	2003	Lalaua	2003	2003
Casa de visitas	Administração	1988	Lalaua	-	1988
Residência Ad/Adjunto	Administração	1999	Lalaua	-	1999
2 casas/funcionários	Administração	2000	Lalaua	-	2000

Infra-estrutura	Entidade Proprietária	Ano Construção	Local	Reabilitação	Conclusão
1 Viatura	Administração	2000	Lalaua	-	-
1 Tractor	Administração	2003	Lalaua	-	-
1 Motorizada	Administração	2001	Lalaua	-	-
2 Motorizadas	Administração	2003	Lalaua	-	-
5 Bicicletas	Administração	2003	Lalaua	-	-

O sistema de governação vigente é baseado no Conselho Executivo. Em resultado da aprovação das Leis 6/78 e 7/78, este substituiu a Câmara Municipal local que era dirigida pelo Administrador do Distrito, por acumulação de funções, por força do artigo 491 da Reforma Administrativa Ultramarina (RAU).

Para fazer face à crítica situação das vias de acesso do Distrito, foi alocado um tractor com respectivo equipamento (atrelado e tanque cisterna) para as operações de manutenção de rotina. Ao nível das Administrações e Postos Administrativos foram afectos motos e rádios de comunicação. Paulatinamente, verifica-se a reabilitação dos edifícios públicos.

Com a introdução do processo de Planificação Distrital e Governação participativa criaram-se condições para que as comunidades iniciassem um diálogo local com estruturas governamentais de forma organizada e sistemática. O funcionamento da Comissão de Desenvolvimento local no seio das comunidades contribui para a solução contínua dos diversos problemas locais.

O Conselho Executivo local é um órgão distinto do Aparelho do Estado no escalão correspondente, com as seguintes funções:

- Dirigir as tarefas políticas do Estado, bem como as de carácter económico, social e cultural.

- Dirigir, coordenar e controlar o funcionamento dos órgãos do Aparelho do Estado.

O Conselho Executivo é dirigido por um Presidente, que geralmente por acumulação de funções é o Administrador do Distrito, o qual é nomeado pelo Ministro da Administração Estatal.

Ao nível do distrito o Aparelho do Estado é constituído pela Administração do Distrito e restantes direcções e sectores distritais. O Administrador por sua vez responde perante o Governo Provincial e Central, pelos vários sectores de actividades do Distrito organizados em Direcções e Sectores Distritais.

A governação tem por base os Presidentes das Localidades, Autoridades Comunitárias e Tradicionais. Os Presidentes das Localidades são representantes da Administração e subordinam-se ao Chefe do Posto Administrativo e, consequentemente, ao Administrador Distrital, sendo coadjuvados pelos Chefes de Aldeias, Secretários de Bairros, Chefes de Quarteirões e Chefes de Blocos.

As instituições do distrito operam com base nas normas de funcionamento dos serviços da Administração Pública, aprovadas pelo Decreto 30/2001 de 15 de Outubro, do Conselho de Ministros, publicado no Boletim da república nº 41, I Série, Suplemento.

A actividade do governo distrital segue uma abordagem essencialmente empírica e de contacto com a comunidade. Importa que esta prática venha a ser sistematizada em sistemas de planificação e controlo regulares e fiáveis, bem como seja baseada numa visão estratégica que oriente o planeamento anual e faça convergir de forma eficaz os esforços sectoriais.

5.2 Reforma do sector público

O Decreto 30/2001 de 15 de Outubro, sobre a Reforma do Sector Público, está a ser implementado no distrito. Com efeito, este instrumento foi objecto de estudo pelos funcionários do Estado, de modo a garantir a sua correcta implementação pelos sectores.

Neste sentido, foram já emitidos crachás de identificação para os funcionários da Administração do Distrito e das Direcções do Governo Distrital.

De igual modo, alguns sectores já avançaram com a colocação de rampas para facilitar o acesso aos portadores de deficiência física, bem como a identificação dos respectivos sectores e a colocação do emblema da República de Moçambique na faixa frontal de cada sector.

5.3 Síntese dos resultados da actividade dos órgãos distritais

Nesta secção, sem pretender ser exaustivo e transcrever o rol de funções oficiais dos Governos Distritais aprovadas e publicadas oficialmente, focam-se as principais actividades de intervenção pública directa, realizadas no período 2000-2004, que contribuem para o desenvolvimento do distrito.

No essencial a actividade do Governo Distrital centrou-se nos seguintes objectivos e acções:

- Envolver as populações na busca de soluções para os problemas locais através de diálogo.
- Estudar a viabilidade de alocação de equipamento as Administrações Distritais para a manutenção das vias.
- Alargar a rede escolar e sanitária e melhorar a qualidade dos serviços prestados.
- Promover o uso de material local de construção para a edificação de residências do Chefe de Posto Administrativo e outros funcionários do Estado.
- Intensificar acções de fornecimento/capacitação técnico-profissional dos Funcionários em particular ao nível Distrital e de Posto Administrativo.
- Melhorar os serviços prestados pelas Administrações Distritais tendo em conta que o cidadão constitui a razão da sua existência.
- Melhorar o atendimento nas escolas Hospitais, Repartições do Estado, na tramitação do processo de pedidos de terra ,de Bilhetes de Identidade, etc.
- Melhorar o sistema de colecta e registo de receitas nas Administrações Distritais.
- Prestigiar a função de Administrador Distrital.

No Distrito de Lalaua foi introduzido o processo de planificação distrital e governação participativa, para o qual todos os componentes sociais são chamados a dar o seu contributo, nomeadamente, na identificação dos maiores problemas, na definição das acções

a realizar e na determinação das prioridades de execução, através dos Conselhos Consultivos que se realizam periodicamente. Este processo está a contribuir positivamente para elevar a capacidade do Distrito através da concretização de vários projectos.

5.3.1 Agricultura, Ambiente e Desenvolvimento Rural

Tendo uma densidade populacional relativamente baixa não são reportados conflitos de monta sobre a terra ou outros recursos, como sendo a água e pastagens.

De um modo geral, a agricultura no distrito é praticada em regime de consociação de culturas com base em variedades locais.

O início do século foi marcado por calamidades naturais, que criaram uma situação de insegurança alimentar, exigindo do Governo Distrital iniciativas enérgicas de mitigação, de que se destacam:

- Distribuição de sementes e utensílios agrícolas às vítimas das cheias;
- Reabilitação de valas de drenagem nas baixas do distrito;
- Fomento de batata-doce de polpa alaranjada; e
- Aquisição e distribuição de bovinos de fomento.
- Planificação participativa envolvendo os produtores;
- Envolvimento de toda a estrutura administrativa nas campanhas agrícolas;
- Divulgação de tecnologias agrícolas modernas;
- Aumento das áreas do cultivo;
- Construção de celeiros melhorados para conservação dos produtos;
- Construção de pequenos sistemas de irrigação para produção de hortícolas;
- Melhoramento dos preços dos produtos ao nível dos produtores;
- No ramo pecuário ocorreram vacinações de aves e raiva canina apesar de não ser abrangente;
- Divulgação de lei e regulamento florestal às populações, tendo em vista a utilização sustentável dos recursos faunísticos existentes.

A situação ambiental do Distrito pode ser caracterizada de preocupante. O conceito de ambiente a ser preservado para as gerações vindouras, é um conceito novo. Com efeito, as queimadas descontroladas, os problemas de saneamento e a falta de planificação urbanística

das principais Vilas e povoações limitam a nossa capacidade de gerir os aspectos ambientais. As queimadas descontroladas, apesar das várias sessões de esclarecimento realizadas, estão longe de ser controladas, com a consequente prevalência dos efeitos nocivos ao ambiente.

5.3.2 Obras públicas

- Reabilitação da residência oficial do Administrador do Distrito;
- Reabilitação dos edifícios de Administração, Cultura, Juventude e Desporto;
- Reabilitação das casas para os Directores Distritais de Educação e Agricultura e Desenvolvimento Rural;
- Reabilitação da residência do chefe do Posto Administrativo de Méti;
- Reabilitação de instalações para funcionamento do ensino à distância;
- Reabilitação parcial do laboratório e farmácia no Centro de Saúde Vila Sede;
- Construção das instalações do economato e consultas externas;
- Construção de um edifício geminado para funcionamento das Direcções Distritais de Educação e Agricultura e Desenvolvimento Rural;
- Construção de uma residência para o Administrador Adjunto na Vila Sede;
- Construção de uma residência para o Director Distrital de Saúde;
- Construção dos Centros de Saúde de Lúrio e Muesseleque;
- Construção com material convencional de 3 salas de aula para a EP2 Lalaua-Sede, e de 4 salas para a EP1 em Merruasse;
- Construção de duas celas no Comando Distrital, de entre outras realizações.

5.3.3 Educação e Saúde

O investimento no sector tem estado a crescer, elevando para 49 o número de escolas em 2003 (46 do ensino primário nível 1, 3 do nível 2), que são frequentadas por cerca de 12 mil estudantes ensinados por 236 professores.

O distrito está dotado de 1 Centro de saúde de nível I, 3 do nível II/III e 1 Posto de saúde, com um total de 20 camas e 35 técnicos e assistentes de saúde.

O crescimento da rede escolar e de saúde desde 2000 e a melhoria do atendimento do pessoal têm permitido aumentar o acesso da população aos serviços do Sistema Nacional de Educação e da Saúde que, porém, está ainda a um nível bastante insuficiente.

5.3.4 Cultura, Juventude e Desporto

Na área da cultura existem vários grupos que praticam diverso tipo de danças e cânticos típicos de toda a região.

No concernente à juventude, destaca-se a existência de grupos activistas e associações juvenis que se dedicam a motivar boas práticas entre os seus concidadãos.

Têm sido promovidas várias actividades, nomeadamente a participação no II Festival Nacional de Dança Popular, o fomento do associativismo juvenil e de grupos culturais, bem como o apoio ao desenvolvimento das artes plásticas, em particular a escultura.

5.3.5 Mulher e Coordenação da Acção Social

Nesta área o Governo Distrital tem promovido a integração e assistência social a pessoas, famílias e grupos sociais em situação de pobreza absoluta, dando prioridade à criança órfã, mulher viúva, idosos e deficientes, doentes crónicos e portadores do HIV-SIDA, reclusos, tóxico-dependentes, regressados e refugiados.

A acção nesta área tem sido coordenada com as organizações não governamentais, associações e sociedade civil, promovendo a criação de igualdade de oportunidades e de direitos entre homem e mulher em todos aspectos de vida social e económica, bem como a integração no mercado de trabalho, processos de geração de rendimentos e vida escolar.

Apesar dos esforços desenvolvidos, são ainda bem patentes no distrito os efeitos da pobreza, calamidades naturais e da guerra que assolou Moçambique nas últimas décadas.

5.3.6 Justiça, Ordem e Segurança pública

Os serviços de justiça no distrito estão representados por um conservador e uma conservatória do registo civil e por um assistente técnico.

Nesta área, o Governo presta uma especial atenção às garantias constitucionais do cidadão. O Governo Distrital tem enfrentado dificuldades para assegurar a devida celeridade no tratamento e julgamento dos actos criminais, por depender do Tribunal Judicial Distrital de Ribáué. Funcionam no Distrito 8 tribunais comunitários.

O Comando Distrital está representado por Postos Policiais nas Sedes do Posto Administrativo de Méti e nas Localidades de Lúrio e Naquessa. Existe um bom

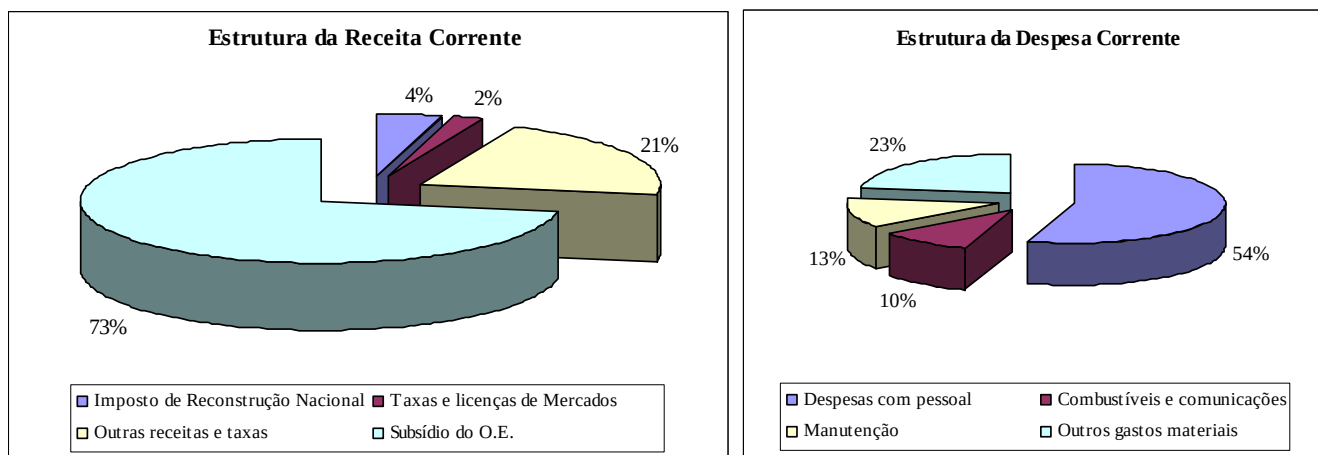
relacionamento entre a população e as forças da Lei e Ordem. Este facto tem facilitado a detecção de actos criminais no seio das comunidades.

O distrito não dispõe de cadeia, e a permanência de delinquentes no pátio do Comando Distrital da PRM não garante a segurança necessária às populações.

5.4 Finanças Públicas

A Administração do Distrito, sem inclusão das instituições subordinadas e unidades sociais, funcionou nos últimos anos com os seguintes níveis de receitas e despesas anuais.

FIGURA 4: Estrutura do orçamento distrital, 2004



Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial do Plano e Finanças

O nível de receita é manifestamente insuficiente ao cabal exercício das funções distritais. A despesa corrente do orçamento distrital em 2004 foi de 24 contos por habitante.

Do lado da despesa, os gastos com pessoal absorvem metade do orçamento corrente do distrito e, à excepção das cobranças de mercados e algumas receitas de serviços, turismo e urbanismo, o esforço fiscal distrital é muito baixo.

Quanto ao investimento com financiamento de base distrital, o seu montante é pequeno, sendo quase todas as acções de investimento público planificadas e orçamentadas ao nível provincial, funcionando os principais sectores sociais com finanças geridas a este nível.

À governação distrital compete essencialmente a gestão corrente, fraccionada pela dispersão orçamental dos principais sectores sociais e de infra-estruturas, o que condiciona fortemente a sua actuação num esforço coordenado de desenvolvimento e integração.

5.5 Constrangimentos à acção do Governo Distrital

Face à situação financeira descrita, o Governo Distrital tem enfrentado vários constrangimentos à sua acção, de que se destacam os seguintes:

- Não alocação de fundos de investimentos para manutenção das vias de acesso;
- Falta de fundos de investimento para manutenção dos PS de Água e dos furos;
- Falta de infra-estruturas de educação e saúde para a população do distrito;
- Falta de viaturas para a Administração e de motorizadas para os Chefes dos PA's; e
- Ausência de um programa de construções para atender o crescimento do de estado.

As minas constituem ou constituíram, em algumas zonas identificadas, uma ameaça à segurança da população e ao desenvolvimento económico. A acção de desminagem em curso no país desde 1992, tem permitido diminuir o seu risco, sendo hoje a situação existente no país e neste distrito mais controlada e conhecida.

Face às restrições orçamentais existentes, tem sido essencial para a prossecução da actividade do Governo Distrital e para o progresso do distrito, o envolvimento consciente e participação comunitária, e o apoio do sector privado e de vários organismos internacionais que operam neste distrito.

5.6 Participação comunitária

A participação comunitária tem sido essencial para suprir várias necessidades em matéria de construção, reabilitação e manutenção de infra-estruturas, nomeadamente estradas interiores, postos de saúde e escolas, bem como residências para professores e enfermeiros.

Para tal, o Governo Distrital tem estabelecido coordenação de acções com as ONG's, visando levar a efeito a reconstrução e construção de infra-estruturas com base em recursos locais e nos programas "comida pelo trabalho" financiados pelo PMA.

5.7 Apoio externo

Na sua actuação, o Governo Distrital tem tido apoio de poucos organismos de cooperação, que promovem programas sociais de assistência, protecção do ambiente e desenvolvimento rural.

6 Posse e Uso da Terra ³



A informação deste capítulo tem por objectivo analisar os traços gerais que caracterizam a base agrária do distrito, de forma a permitir inferir sobre eventuais cenários de intervenção que reforcem o sector no contexto do processo de desenvolvimento distrital.

Apesar das reservas quanto à representatividade ao nível distrital dos dados do CAP, este capítulo permite avaliar os principais factores que fazem deste sector um veículo privilegiado de intervenção no desenvolvimento económico e social do país.

Referirmo-nos, entre outros, ao facto de:

- Ser a actividade dominante em praticamente todo o distrito;
- Esta actividade fazer parte dos hábitos e costumes da população;
- A actividade ser praticada pela maioria dos agregados familiares do distrito;
- Constituir a maior fonte de emprego e de rendimento da população;
- As condições naturais permitirem a prática da actividade.

6.1 Posse da terra

Tendo uma densidade populacional relativamente baixa não são reportados conflitos de monta sobre a terra ou outros recursos, como sendo a água e pastagens.

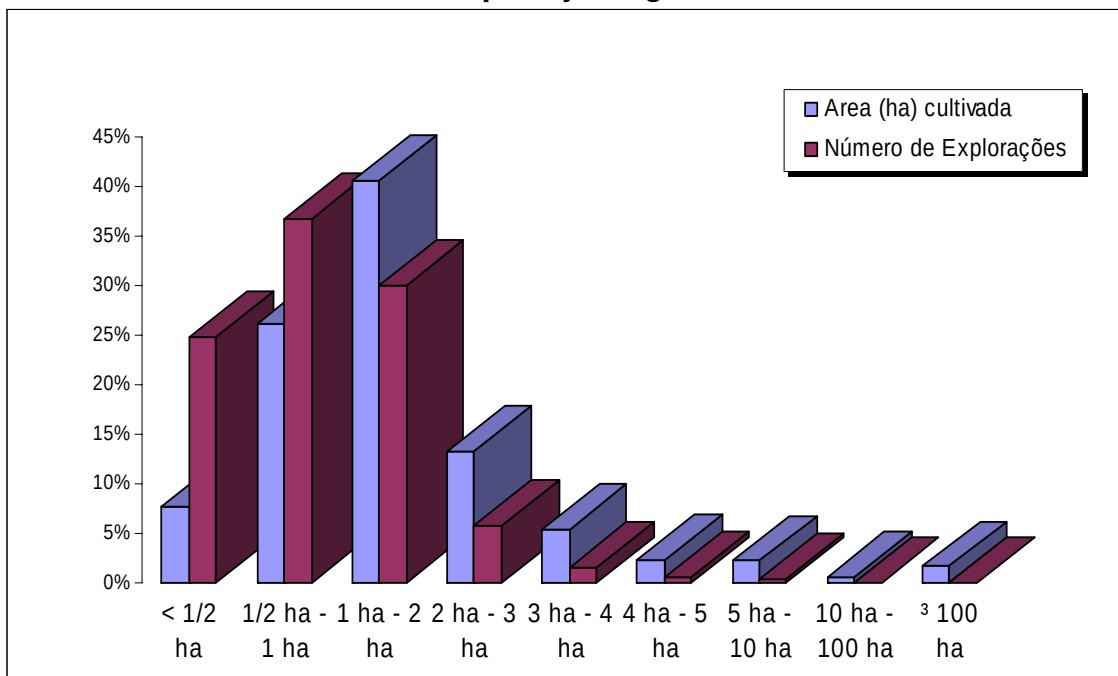
Este distrito possui cerca de 50 mil explorações agrícolas com uma área média é de 1.2 hectares. Com um grau de exploração familiar dominante, 62% das explorações do distrito têm menos de 1 hectare, ocupando somente 34% da área cultivada.

Este padrão desigual da distribuição das áreas fica evidente se referirmos que 26% da área cultivada pertence a somente 8% das explorações do distrito.

³ Baseado em trabalho analítico da MÉTIER, suportado pelos dados do INE do Censo Agro-pecuário de 1999-2000. Apesar de se tratar de extrapolação s a partir duma amostra cuja representatividade ao nível distrital é baixa, considera-se que – do ponto de vista da análise da estrutura de uso e exploração da terra – os seus resultados são um bom retrato das características essenciais do distrito. Aconselha-se, pois, que mais do que os seus valores absolutos, este capítulo seja analisado tendo em vista absorver os principais aspectos estruturais da actividade agrária.

Na sua maioria os terrenos não estão titulados e, quando explorados em regime familiar, têm como responsável, em quase 85% dos casos, o homem da família.

FIGURA 5: Estrutura de exploração agrária da terra



Fonte de dados: Instituto Nacional de Estatística, Censo agro-pecuário, 1999-2000

No que respeita à posse da terra, quase 95% das 50 mil explorações são tradicionalmente pertença das famílias da região, sendo transmitidas por herança aos filhos, ou estão em regime de aluguer ou de concessão do estado a particulares e empresas privadas. As autoridades tradicionais e oficiais detêm 5% das parcelas agrícolas do distrito.

6.2 Trabalho agrícola

A estrutura de exploração agrícola do distrito reflecte a base alargada da economia familiar, constatando-se que 84% das explorações são cultivadas por 3 ou mais membros do agregado familiar.

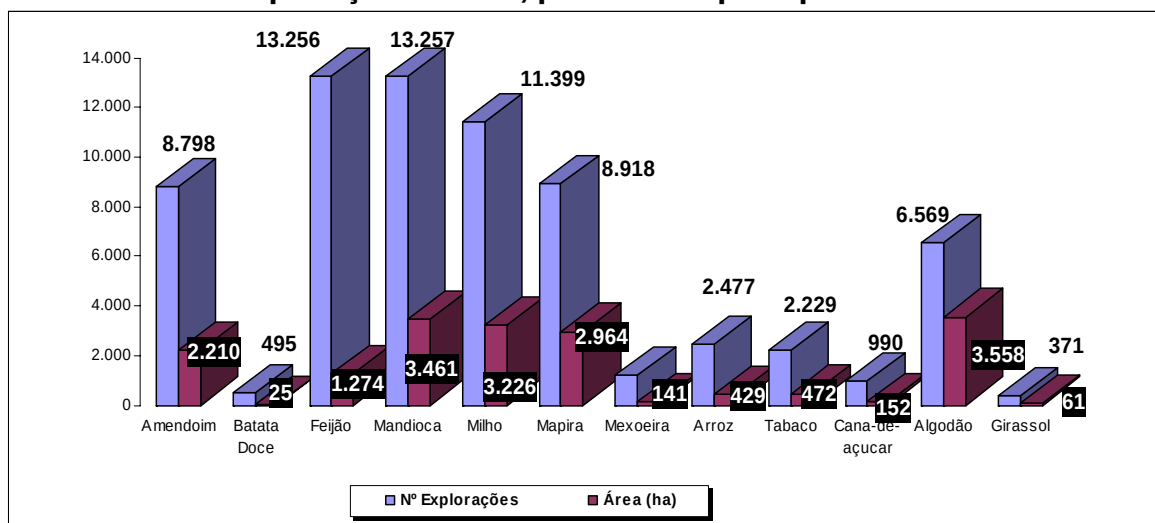
As 50 mil parcelas, 73% com menos de meio hectare e exploradas em 45% dos casos por mulheres. De reter que, do total de agricultores, cerca de 40% são crianças menores de 10 anos de idade, de ambos os sexos.

6.3 Utilização económica do solo

6.3.1 Agricultura

A maioria da terra é explorada em regime de consociação de culturas alimentares, nomeadamente o milho, mandioca, feijão nhemba, amendoim.

FIGURA 6: Explorações e área, por culturas principais



Fonte de dados: Instituto Nacional de Estatística, Censo agro-pecuário, 1999-2000

Para além das culturas alimentares e de rendimento, o distrito tem um apreciável número de fruteiras e cajueiros.

6.3.2 Pecuária e Avicultura

No distrito existem cerca de 5 mil criadores de pecuária e mais de 20 mil de avicultura, a maior parte em regime familiar.

Os dados disponíveis apontam para uma estrutura de produção relativamente mercantilizada, em que o nível de vendas varia de 12% nos bicos a 19% nos caprinos, constituindo uma fonte de rendimento familiar importante.

6.3.3 Produção não agrícola

Constitui igualmente uma fonte importante de rendimento familiar. Deriva, essencialmente, da venda de madeira, lenha, caniço e carvão, bem como da actividade de caça, pesca e artesanal, efectuado por um conjunto de centenas de explorações familiares.

7 Educação



Com 82% da população analfabeta, predominantemente mulheres, a taxa de escolarização no distrito é baixa, constatando-se que somente 38% dos habitantes⁴ frequentam ou já frequentaram a escola primária.

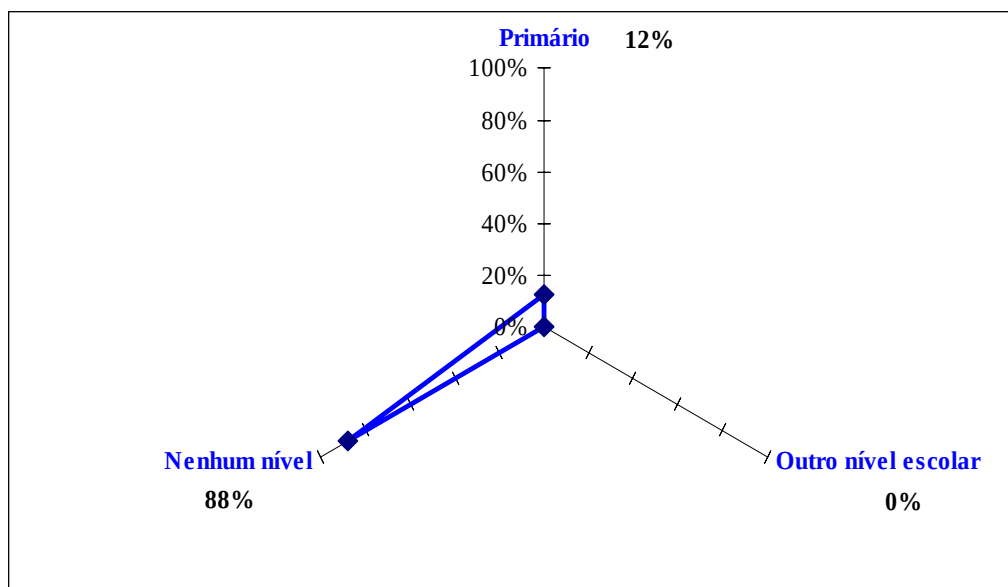
TABELA 7: População⁵, por condição de frequência escolar

	POPULAÇÃO QUE:								
	FREQUENTA			FREQUENTOU			NUNCA FREQUENTOU		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
DISTRITO DE LALAU	12,3%	8,1%	4,2%	25,3%	16,4%	8,9%	62,4%	24,6%	37,8%
P.A. de LALAU	13,0%	8,6%	4,4%	27,6%	17,4%	10,2%	59,4%	23,1%	36,3%
P.A. de METI	10,5%	7,0%	3,6%	18,8%	13,5%	5,3%	70,7%	28,8%	41,9%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

A maior taxa de escolarização verifica-se no grupo etário dos 10 a 14 anos, onde 45% das crianças frequenta a escola, seguido do grupo de 5 a 9 anos, o que reflecte a entrada tardia na escola. Na sua maioria, os estudantes são rapazes a frequentar o ensino primário, dada a insuficiente / inexistente rede escolar dos restantes níveis de ensino nalgumas localidades.

FIGURA 7: População⁶, por nível de ensino que frequenta



Fonte de dados: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

⁴ Com 5 ou mais anos de idade.

⁵ Com 5 ou mais anos de idade.

⁶ Com 5 ou mais anos de idade.

TABELA 8: População⁷, por nível de ensino que frequenta

	NÍVEL DE ENSINO QUE FREQUENTA							Nenhum nível
	Total	Alfab.	Primário	Secund.	Técnico	C.F.P.	Superior	
DISTRITO DE LALAU	12,3%	0,0%	12,2%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	87,7%
5 - 9 anos	22,4%	0,0%	22,4%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	77,6%
10 - 14 anos	44,9%	0,0%	44,9%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	55,1%
15 - 19 anos	15,1%	0,0%	14,8%	0,3%	0,0%	0,0%	0,0%	84,9%
20 - 24 anos	1,7%	0,0%	1,5%	0,2%	0,0%	0,0%	0,0%	98,3%
25 e + anos	0,6%	0,0%	0,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	99,4%
HOMENS	16,6%	0,0%	16,4%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	83,4%
MULHERES	8,2%	0,0%	8,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	91,8%
P.A. de LALAU	13,0%	0,0%	12,9%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	87,0%
P.A. de METI	10,5%	0,0%	10,4%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	89,5%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

Do total de população⁸, verifica-se que somente 7% concluíram algum nível de ensino.

Destes, 92% completaram somente o ensino primário e 5% o 1º grau do secundário.

TABELA 9: População⁹, por nível de ensino concluído

	NÍVEL DE ENSINO CONCLUÍDO							Nenhum
	TOTAL	Alfab.	Primário	Secund.	Técnico	C.F.P.	Superior	
DISTRITO DE LALAU	6,8%	0,1%	6,3%	0,3%	0,0%	0,0%	0,0%	93,2%
5 - 9 anos	0,5%	0,0%	0,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	99,5%
10 - 14 anos	3,2%	0,0%	3,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	96,8%
15 - 19 anos	7,9%	0,1%	7,7%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	92,1%
20 - 24 anos	12,6%	0,0%	11,8%	0,7%	0,1%	0,1%	0,0%	87,4%
25 e + anos	8,8%	0,1%	8,1%	0,5%	0,1%	0,1%	-0,1%	91,2%
HOMENS	11,6%	0,1%	10,8%	0,6%	0,1%	0,1%	0,0%	88,4%
MULHERES	2,2%	0,1%	2,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	97,8%
P.A. de LALAU	6,5%	0,1%	6,1%	0,3%	0,0%	0,0%	0,0%	93,5%
P.A. de METI	7,8%	0,0%	7,2%	0,4%	0,1%	0,1%	0,0%	92,2%
DISTRITO DE LALAU	6,8%	0,1%	6,3%	0,3%	0,0%	0,0%	0,0%	93,2%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

O baixo grau de escolarização reflecte o facto de, apesar da expansão em curso, a rede escolar e o efectivo de professores serem insuficientes e possuírem uma baixa qualificação pedagógica. Tais factos são agravados por factores socio-económicos, resultando em baixas taxas de aproveitamento e altas desistências, em algumas das localidades do distrito.

⁷ Com 5 ou mais anos de idade.

⁸ Com 5 ou mais anos de idade.

⁹ Com 5 ou mais anos de idade.

TABELA 10: Escolas, alunos e professores, 2003

NÍVEIS DE ENSINO	N.º de Escolas	N.º de Alunos		N.º de Professores	
		M	HM	M	HM
TOTAL DO DISTRITO	96	7,011	16,623	23	410
EP1	46	4,498	11,109	10	207
EP2	3	106	690	1	29
AEA	47	2,407	4,824	12	174

Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial da Educação
EP1 - 1.º a 5.º anos; EP2 - 6.º e 7.º anos; ESG I - 8.º a 10.º Anos.

A maioria dos professores tem uma formação escolar baixa, possuindo, em média, habilitações entre a 6ª e a 8ª classe e, em alguns casos, um ano de estágio pedagógico, o que condiciona bastante a qualidade do ensino ministrado.

8 Saúde e Acção Social

8.1 Cuidados de saúde e quadro epidémico



A rede de saúde do distrito, apesar de estar a evoluir a bom ritmo, é insuficiente, evidenciando os seguintes índices de cobertura média:

- Uma unidade sanitária por cada 15 mil pessoas;
- Uma cama por 3.600 habitantes; e
- Um profissional técnico para cada 2.100 residentes no distrito.

TABELA 11: Unidades de saúde, camas e pessoal, 2003

Unidades, Camas e Pessoal existente	Tipo de Unidades Sanitárias					Pessoal existente por sexo		
	Total de Unidades	Hospital Rural	Centro de Saúde I	Centro de Saúde II/III	Postos de Saúde	HM	H	M
TOTAL DO DISTRITO								
Nº de Unidades	5	0	1	3	1			
Nº de Camas	20	0	10	10	0			
Pessoal Total	50	0	26	23	1	50	30	20
- Licenciados	0	0	0	0	0	0	0	0
- Nível Médio	10	0	5	5	0	10	6	4
- Nível Básico	10	0	5	5	0	10	9	1
- Nível Elementar	15	0	7	7	1	15	10	5
- Pessoal de apoio	15	0	9	6	0	15	5	10

Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial da Saúde

A Direcção Distrital de Saúde distribui regularmente por cada Centro de Saúde “Kits A e B” e pelos Postos de Saúde “Kits B”. A tabela seguinte apresenta, para o ano de 2003, a posição de alguns indicadores que caracterizam o grau de acesso e de cobertura dos serviços do Sistema Nacional de Saúde.

TABELA 12: Indicadores de cuidados de saúde, 2003

Indicadores	
Taxa de ocupação de camas	82.5%
Partos	700
Vacinação	23,906
Saúde materno-infantil	26,183
Consultas externas	30,477
Taxa de baixo peso à nascença	13.1%
Taxa de mau crescimento	8.1%
<i>Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial da Saúde</i>	

O quadro epidémico do distrito é dominado pela malária, diarreia e DTS e SIDA que, no

Lalaua



seu conjunto, representam quase a totalidade dos casos de doenças notificados no distrito.

8.2 Acção Social

A integração e assistência social a pessoas, famílias e grupos sociais em situação de pobreza absoluta, dá prioridade à criança órfã, mulher viúva, idosos e deficientes, doentes crónicos e portadores do HIV-SIDA, tóxico-dependentes e regressados.

Neste distrito existem, segundo os dados do Censo de 1997, cerca de 2 mil órfãos (dos quais 30% de pai e mãe) e cerca de 3 mil deficientes (59% com debilidade física, 16% com doenças mentais e 25% com ambos os tipos de doença).

TABELA 13: População, por condição de orfandade, 1997

DISTRITO DE LALAU	2.076
Homens	1.013
Mulheres	1.063
5 - 9 anos	624
10 - 14 anos	619
15 - 19 anos	833
P.A. de LALAU	1.540
P.A. de METI	536

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

TABELA 14: População deficiente, por idade e residência, 1997

Posto administrativo e Idade	TOTAL	Física	Mental	Ambas
DISTRITO DE LALAU	919	544	148	227
0 - 14	215	94	37	84
15 - 44	464	273	79	112
45 e mais	240	177	32	31
P.A. de LALAU	616	352	104	160
P.A. de METI	303	192	44	67

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

A acção social no distrito tem sido coordenada com as organizações não governamentais, associações e sociedade civil, promovendo a criação de igualdade de oportunidades e de direitos entre homem e mulher em todos aspectos de vida social e económica, bem como a integração no mercado de trabalho, processos de geração de rendimentos e vida escolar.

9 Género

O distrito tem uma população de 67 mil habitantes - 34 mil do sexo feminino - sendo 12% das famílias do tipo monoparental chefiados por mulheres.

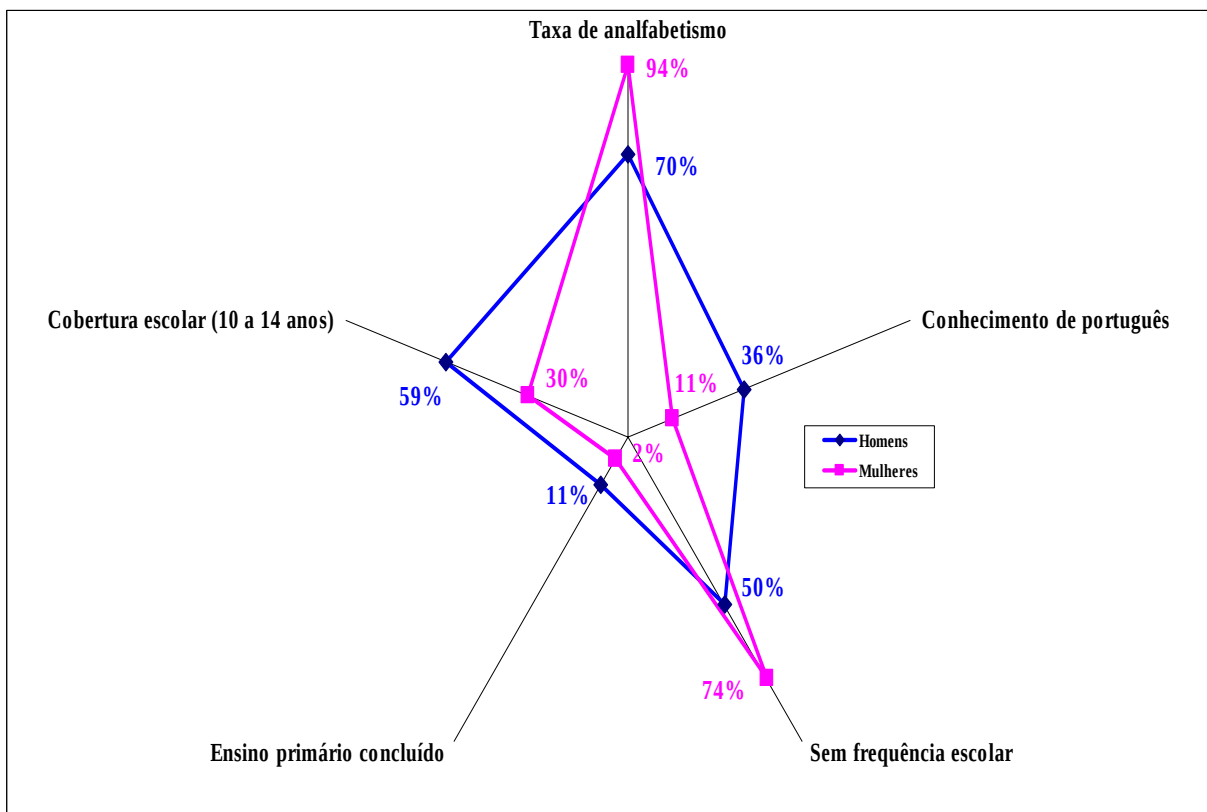
9.1 Educação

Tendo por língua materna dominante o *Emakuma*, só 11% das mulheres tem conhecimento da língua portuguesa. A taxa de analfabetismo na população feminina é de 94%, sendo de 70% no caso dos homens.

Das mulheres do distrito com mais de 5 anos, 74% nunca frequentaram a escola e somente 9% concluíram o ensino primário.

A maior taxa de escolarização feminina ocorre no grupo etário dos 10 a 14 anos, em que 30% das raparigas frequentam a escola. Este indicador evidencia o baixo nível escolar e a entrada tardia na escola da maioria das raparigas, sobretudo nas zonas rurais.

FIGURA 8: Indicadores de escolaridade, por sexos



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

Lalaua



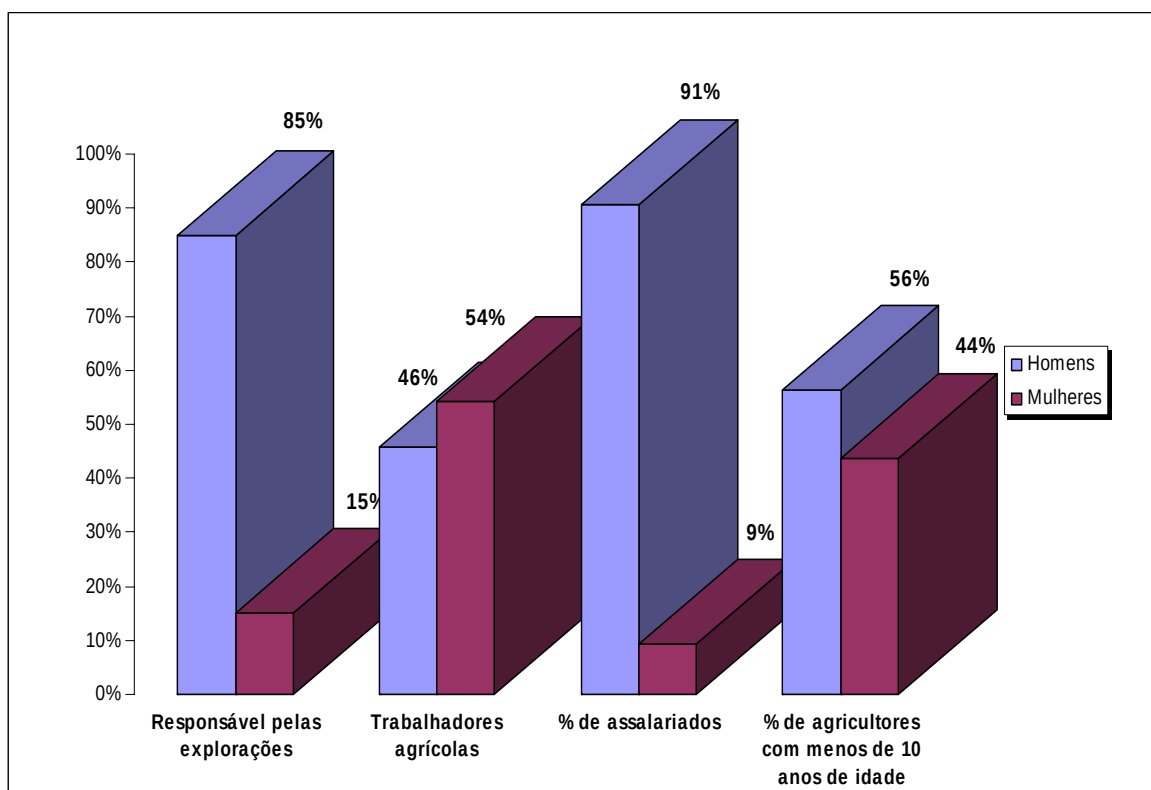
PÁGINA 31

9.2 Actividade económica e exploração da terra

De um total de 34 mil mulheres, 19 mil estão em idade de trabalho (15 a 64 anos). Excluindo as que procuram emprego pela 1ª vez, a população activa feminina é de 17 mil pessoas, o que reflecte uma taxa implícita de desemprego de 8% (9% nos homens).

As 15 mil explorações agrícolas do distrito estão divididas em cerca de 49 mil parcelas, na maioria com menos de meio hectare e exploradas, em mais de metade dos casos, por mulheres. De reter, que 38% do total de agricultores são crianças menores de 10 anos de idade, de ambos os sexos, das quais 44% são raparigas.

FIGURA 9: Quota das mulheres no trabalho agrícola e remunerado



Fonte de dados: Instituto Nacional de Estatística, Censo agro-pecuário, 1999-2000

A distribuição das mulheres activas residentes no distrito, de acordo com a posição no processo de trabalho e o sector de actividade, é a seguinte:

- Cerca de 99.4% são trabalhadoras agrícolas familiares ou por conta própria;
- 0.2% são empregadas ou vendedoras no sector comercial formal e informal ou trabalhadoras de outros serviços; e
- As restantes são, na maioria, produtoras artesanais ou empregadas

em serviços industriais.

9.3 Governação



Ao nível do distrito tem-se privilegiado a coordenação das acções de algumas organizações não governamentais, associações e sociedade civil, promovendo a criação de igualdade de oportunidades e direitos entre sexos em todos aspectos de vida social e económica, e a integração da mulher no mercado de trabalho, processos de geração de rendimentos e vida escolar.

Esta coordenação recorre a mecanismos de troca de informação, diálogo e concertação da acção, evitando a sobreposição de actividades e racionalizando recursos de forma a melhorar a eficácia e eficiência das acções governamentais e das iniciativas da comunidade e do sector privado.

10 Actividade Económica

10.1 População economicamente activa

A estrutura etária da população reflecte uma relação de dependência económica aproximada de 1:1, isto é, por cada 10 crianças ou anciões existem 10 pessoas em idade activa.

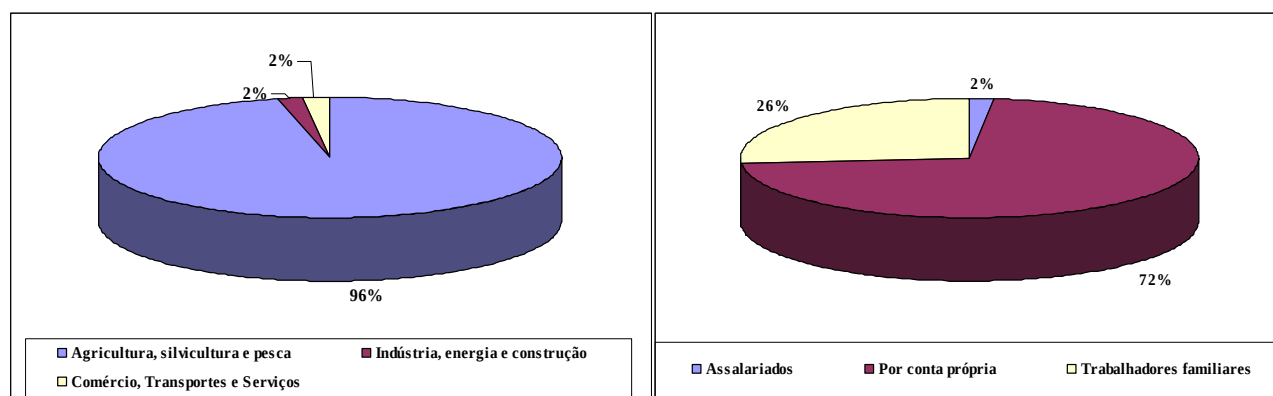
De um total de 67 mil habitantes, 36 mil estão em idade de trabalho (15 a 64 anos). Excluindo os que procuram emprego pela primeira vez, a população economicamente activa é de 33 mil pessoas, o que reflecte uma taxa implícita de desemprego de 8%.

Da população activa, 98% são trabalhadores familiares ou por conta própria, na maioria, mulheres. A percentagem de assalariados é somente de 2% da população activa, sendo - de forma inversa, dominada por homens (as mulheres representam apenas 9% do total de assalariados).

A distribuição da população activa segundo o ramo de actividade reflecte a dominância do sector agrário, que ocupa 96% da mão-de-obra do distrito.

Os sectores secundário e terciário ocupam, respectivamente, 2% e 2% dos trabalhadores, sendo dominados pela actividade de comércio formal e informal, que ocupa cerca de 2% do total de trabalhadores.

FIGURA 10: População activa¹⁰, por ramo de actividade, 2005



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

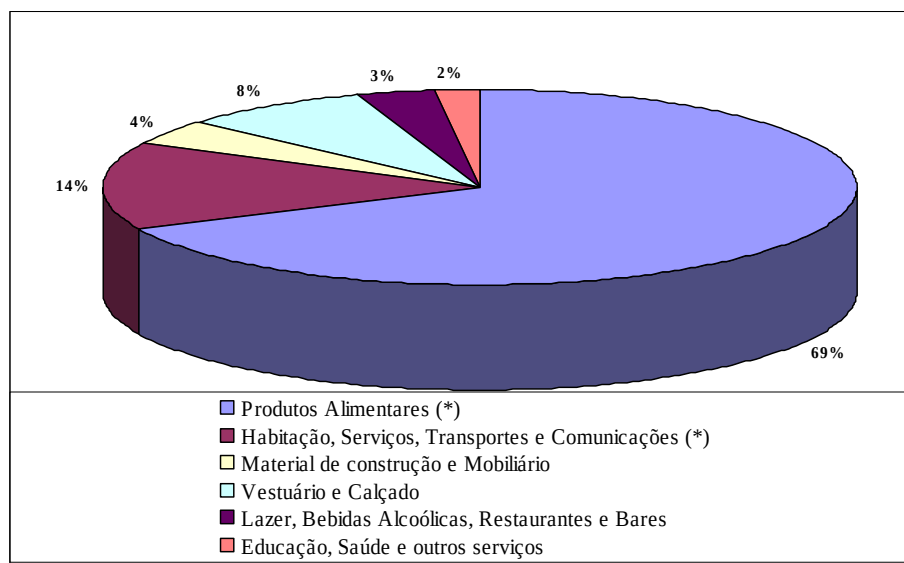
10.2 Orçamento familiar

Com um nível médio mensal de receitas familiares de 65% em espécie, derivados do

¹⁰ Com 15 anos ou mais, excluindo os que procuram emprego pela primeira vez.

autoconsumo e da renda imputada pela posse de habitação própria, a população do distrito apresenta um padrão de consumo concentrado nos produtos alimentares (68%) e nos serviços de habitação, água, energia e combustíveis (15%).

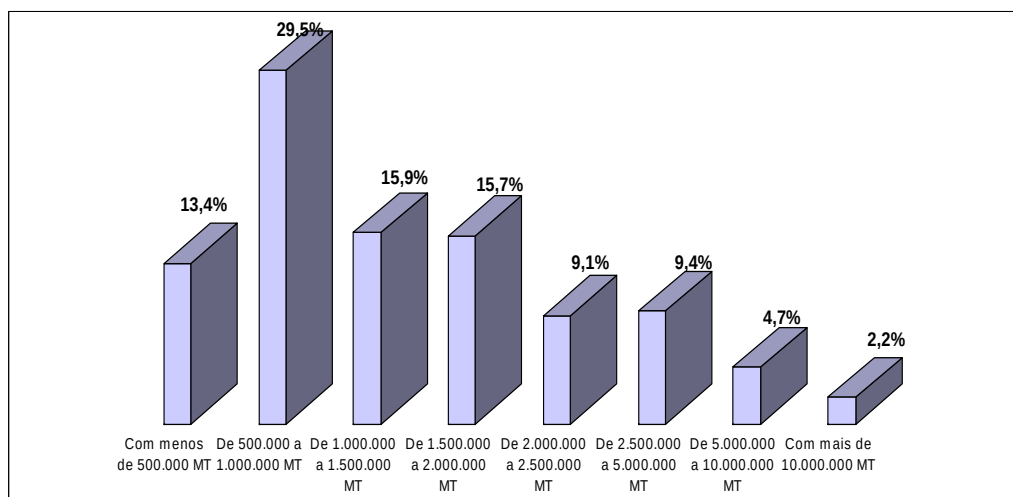
FIGURA 11: Consumo familiar, por grupo de produtos e serviços



(*) Inclui o autoconsumo da produção agrícola e a imputação da renda por posse de habitação própria
 Fonte: Instituto Nacional de Estatística, IAF - 2002/03.

Com variância significativa, a distribuição da receita familiar está concentrada nas classes baixas, com quase 60% dos agregados de rendimentos mensais inferiores a 1.500 contos.

FIGURA 12: Distribuição das famílias, segundo o rendimento mensal



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, IAF - 2002/03.

10.3 Segurança alimentar e estratégias de sobrevivência

Lalaua



Este distrito tem sido alvo de calamidades naturais que afectam a vida social e económica da comunidade.

Estes desastres, associados à fraca produtividade agrícola, conduzem . de acordo

com vários levantamentos efectuados por entidades credíveis¹¹ - a níveis de segurança alimentar de risco, estimando-se em 2,5 meses a média de reservas alimentares por agregado familiar de cereais e mandioca, o que coloca cerca de 5% da população do distrito, sobretudo os camponeses de menos posses, idosos e famílias chefiadas por mulheres, numa situação potencialmente vulnerável.

Efectivamente, dadas as tecnologias primárias utilizadas e, consequentemente, os baixos rendimentos das culturas, a colheita principal é, em geral, insuficiente para cobrir as necessidades de alimentos básicos, que só são satisfeitas com a ajuda alimentar, a segunda colheita, rendimentos não agrícolas ou outros mecanismos de sobrevivência.

Nos períodos de escassez, as famílias recorrem a uma diversidade de estratégias de sobrevivência que incluem a participação em programas de "comida pelo trabalho", a recolha de frutos silvestres, a venda de lenha, carvão, estacas, caniço, bebidas e a caça.

As famílias com homens activos recorrem ao trabalho remunerado nas cidades mais próximas, já que as oportunidades de emprego no distrito são reduzidas, dado que a economia ter por base, essencialmente, as relações familiares.

Para atenuar os efeitos desta situação, as autoridades distritais e o MADER lançaram um plano de acção para redução do impacto da estiagem incluindo sementes e culturas resistentes e introdução de tecnologias adequadas ao sector familiar.

As principais organizações que apoiam o distrito, sobretudo aquando de calamidades, são o PMA, o Departamento de Prevenção e Combate às Calamidades Naturais o Programa de Emergência de Sementes e Utensílios, a Save the Children e a Organização Rural de Ajuda Mútua, cuja actuação inclui a entrega de alimentos e a distribuição de sementes e de instrumentos agrícolas, no quadro de programas “*comida por trabalho*”.

10.4 Infra-estruturas de base

¹¹ Nomeadamente, os Médicos sem fronteira.

O distrito de Lalaua é servido por transportes rodoviários e ligações via rádio. Foram reabilitados 310Km de estradas e, hoje, quase todas estão transitáveis, com excepção dos 50 quilómetros que ligam a sede à localidade de Lúrio.

Foram reabilitados os trocos Lalaua/Méti, 80 km; e Lalaua/Ribáué 38 km, tendo-se dado início às obras de reabilitação do troço Méti/Naquessa, 22 km. A manutenção das vias terciárias que ligam as diferentes povoações do Distrito é feita pelas respectivas comunidades.

TABELA 15: Rede de estradas

Localização	Dimensão (km)	Classificação	Transitável (S/N)	Reabilitada (S/N)	Tecnologia Utilizada
Lalaua - Lúrio	50	ER	sim	não	-
Lalaua - Méti	64	ER	sim	sim	M
Lalaua - Muesseleque	17	ER	sim	sim	O
Lalaua - Munoce	40	ER	sim	sim	O
Lalaua - Namatar	25	ER	sim	sim	O
Lalaua - Naquessa	79	ER	sim	sim	M
Lalaua - Ribauè	85	ER	sim	sim	M

Classificação: EN- Estrada Nacional; ER- Estrada Regional secundária, não alcatroada; NC- Não Classificada, estrada rural terciária.

Tecnologia : M- Mecanizada; O- Trabalho Manual.

Fonte: Administração do Distrito

A circulação de pessoas e bens é notória, embora as empresas vocacionadas raras vezes operam no Distrito. Os vulgos “Chapa 100”, é que são mais frequentes.

O Distrito de Lalaua apresenta um crescimento notável no domínio da comunicação. Estão montados e operacionais seis rádios de transmissão nas instituições do Estado e privados, nomeadamente Administração Distrital, Posto Administrativo do Méti, Direcção Distrital de Agricultura e Desenvolvimento Rural, Comando Distrital da PRM, Telecomunicações de Moçambique, Sede do Partido Frelimo e João Ferreira dos Santos.

A água é um recurso escasso no distrito. Existem povoados em que as populações têm que percorrer entre 2 a 6Km até à fonte de água mais próxima. Existe um sistema de água canalizada em Lalaua (sede) e de dois furos em Méti, ambos equipados com bombas manuais. A empresa Água Rural tem prestado apoio na recuperação de furos. Construção de fontes de água em Naquesse, Lalaua-Velha e substituição de torneiras na Vila Sede.

As Vilas Sede de Lalaua e Méti desfrutam de energia eléctrica fornecida por grupos geradores.

Apesar dos esforços realizados, importa reter que o estado geral de conservação e manutenção das infra-estruturas não é suficiente, sendo de realçar a rede

de bombas de água a necessitar de manutenção, bem como a rede de estradas e pontes que, na época das chuvas, tem problemas de transitibilidade.

10.5 Agricultura e Desenvolvimento Rural

A agricultura é a actividade dominante e envolve quase todos os agregados familiares.

Existem pequenas infra-estruturas de rega com capacidade para fazer irrigação de superfície e represas com potencial para irrigar pequenas áreas agrícolas.

10.5.1 Produção agrícola e sistemas de cultivo

De um modo geral, a agricultura é praticada manualmente em pequenas explorações familiares em regime de consociação de culturas com base em variedades locais.

A produção agrícola é feita predominantemente em condições de sequeiro, nem sempre bem sucedida, uma vez que o risco de perda das colheitas é alto, dada a baixa capacidade de armazenamento de humidade no solo durante o período de crescimento das culturas.

Algumas famílias empregam métodos tradicionais de fertilização dos solos como o pousio das terras, a incorporação no solo de restos de plantas, estrume ou cinzas. Para além das questões climáticas, os principais constrangimentos à produção são as pragas, a seca, a falta ou insuficiência de sementes e pesticidas.

De uma forma generalizada pode-se dizer que a região é caracterizada pela ocorrência de três sistemas de produção agrícola dominantes. O primeiro corresponde à vasta zona planáltica baixa onde domina a consociação das culturas alimentares, nomeadamente mandioca/milho/feijões nhemba e boer, como culturas de 1ª época (época das chuvas) e a produção de arroz pluvial nos vales dos rios, dambos e partes inferiores dos declives. Na maioria da região, este sistema é característico do topo dos interflúvios, declives superiores e intermédios.

O segundo sistema de produção é dominado pela cultura pura de mapira, ocasionalmente consociada com milho e feijão nhemba. As culturas de meixoeira e amendoim podem aparecer em qualquer uma das consociações. A mandioca é a cultura mais importante em termos de área e é cultivada tanto em cultivo simples, como em cultivo consociado com feijão ou amendoim.

O algodão corresponde ao terceiro sistema de produção, e constitui a principal cultura de rendimento da região. Os três sistemas de produção

agrícola aqui descritos ocorrem em regime de sequeiro. O sistema agro-silvícola do cajú, menos característico desta zona, chega, porém, a ser ocasionalmente dominante em alguns distritos (Monapo, Muecate, Mecuburi).

Somente em 2003, após o período de seca e estiagem que se seguiu e a reabilitação de algumas infra-estruturas, se reiniciou timidamente a exploração agrícola do distrito e a recuperação dos níveis de produção.

TABELA 16: Produção agrícola, por principais culturas: 2000-2003

Principais Culturas	Campanha 2000/2001		Campanha 2001/2002		Campanha 2002/2003	
	Área (ha) Semeada	Produção (Toneladas)	Área (ha) Semeada	Produção (Toneladas)	Área (ha) Semeada	Produção (Toneladas)
Milho	2,456	3,684	3,516	3,358	4,078	6,117
Arroz	327	239	582	530	328	302
Mapira	3,438	2,338	7,137	4,846	4,784	3,635
Mandioca	8,500	42,500	9,377	49,229	10,928	54,640
Feijões	2,000	900	2,483	1,107	3,880	1,824
Batata Doce	50	100	100	225	217	434
Algodão caroço	4,500	1,800	4,371	1,967	3,578	1,431
Tabaco	321	193	703	269	1,394	627
Tomate	150	75	600	300	119	54
TOTAL DO DISTRITO	22,542	52,349	30,013	62,448	30,017	69,453

Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial de Agricultura

10.5.2 Pecuária

O fomento pecuário no distrito tem sido fraco. Porém, dada a tradição na criação de gado e algumas infra-estruturas existentes, verificou-se algum crescimento do efectivo pecuário.

Dada a existência de áreas de pastagem, há condições para o desenvolvimento da pecuária, sendo as doenças e a falta de fundos e de serviços de extensão, os principais obstáculos ao seu desenvolvimento. Os animais domésticos mais importantes para o consumo familiar são as galinhas, os patos e os cabritos, enquanto que, para a comercialização, são os bois, os cabritos, os porcos e as ovelhas.

10.5.3 Pescas, Florestas e Fauna bravia

O distrito possui reservas comunitárias em Naquessa, Muluti, Neoce, Naculué, Rupé e Lúrio, onde predominam espécies como a Umbila, Jambire, Chanfuta, Pau-preto, Pau-rosa, Umbaua, Metil, Netonha entre outras. A lenha é a fonte de energia mais utilizada na confecção de alimentos. As árvores são a principal fonte local de energia e de madeira de construção.

Lalaua



PÁGINA 39

O distrito tem mangueiras, cajueiros, bananeiras e papaieiras, cujos frutos são consumidos e comercializados localmente. A falta de mudas é o maior constrangimento da silvicultura em Lalaua.

A fauna bravia não tem grande importância em termos de caça comercial ou turismo. A caça de pequenos animais (gazelas) constitui um suplemento dietético para as famílias. Foram realizadas palestras para sensibilizar as comunidades para a utilização sustentável dos recursos faunísticos. A prática das queimadas descontroladas reduziu em 5% em relação ao quinquénio anterior.

O distrito está localizado nas margens do Lúrio, um dos mais importantes rios do norte do país, sendo o peixe frequentemente incluído na dieta alimentar das famílias.

10.6 Indústria, Comércio e Serviços

A pequena indústria local (pesca, carpintaria e artesanato) surge como alternativa à actividade agrícola, ou prolongamento da sua actividade.

Apesar de relativamente isolado em relação a centros urbanos, o distrito de Lalaua começa a ter algumas ligações comerciais com mercados da região. A produção agrícola excedentária e o caju, algodão e tabaco, são o motor da actividade comercial, sendo comum a vinda de comerciantes de fora, nomeadamente de Nampula, para comprar produtos locais.

A rede comercial é constituída por 14 estabelecimentos, dos quais apenas 6 estão operacionais. A maior parte das populações do Distrito é abastecida por comerciantes informais.

O comércio informal existe nos mercados locais e incide especialmente na venda de produtos agrícolas, mas também em outros provenientes da caça, da pesca e da manufactura de artesanato.

Em relação ao comércio formal, existem no distrito 14 lojas e três moagens. Destas, encontram-se encerradas cinco lojas e uma moagem.

Pesquisas realizadas indicam existirem pedras semipreciosas nas zonas de Namige, Natuva, Nipeue, Munoce, Namarrepo, Mululi Caia, Lalaua-Velha e Sede, ainda por explorar.

Não existe nenhuma instituição bancária a operar no distrito, nem nenhum sistema formal de crédito em condições acessíveis aos operadores locais. As possibilidades de acesso ao crédito derivam de prática no sector informal, nomeadamente dos comerciantes locais e dos familiares dos interessados.

Lalaua



PÁGINA 40

Anexo: Autoridade Comunitária no Distrito de Lalaua

(Fonte de dados: Direcção Nacional da Administração Local)

Nº	Nome Completo	Designação Local de Aut. Comunitária	Sexo	Área de Jurisdição			Data de Reconhecimento
				Posto Administrativo	Localidade	Bairro/Regulado	
1	Manuel Muissura	Secret. de Bairro	M	Lalaua		Invaha	14/09/02
2	Agostinho Sebastião	Secret. de Bairro	M	“		Muhala	25/07/02
3	Jaime R. S. Mulima	Secret. de Bairro	M	“		Namicoio	31/08/02
4	Mário Cornélio Ali	Secret. de Bairro	M	Méti		Mpuhua	16/07/02

Lalaua



PÁGINA 41

Documentação consultada

- Administração do Distrito, *Balanço de Actividades Quinquenal para a 4ª Reunião Nacional*, 2004.
- Administração do Distrito, *Perfil Distrital em resposta à metodologia da MÉTIER*, 2004.
- Direcção de Agricultura da Província de Nampula, *Balanço Quinquenal do Sector Agrário da Província de Nampula*, Maio 2004.
- Direcção de Agricultura da Província de Nampula, *Plano de Desenvolvimento do Sector Agrário da Província de Nampula*, 2002.
- Direcção Provincial da Educação de Nampula, *Relatório de Actividades*, 2004.
- Direcção Provincial de Saúde de Nampula, *Relatório de Actividades*, 2004.
- District Development Mapping Project, *Perfil Distrital*, 1995.
- Instituto Nacional de Estatística, *Anuário Estatístico da Província de Nampula*, 2001.
- Instituto Nacional de Estatística, *Anuários Estatísticos, 2000 a 2003*.
- Instituto Nacional de Estatística, *Dados do Censo agro-pecuário, 1999-2000*.
- Instituto Nacional de Estatística, *Dados do Inquérito às Receitas e Despesas dos Agregados Familiares, 2003 e 1997*.
- Instituto Nacional de Estatística, *Dados do Recenseamento da População de 1997*.
- Instituto Nacional de Estatística, *Estatísticas Sociais e Demográficas*, CD, 2004.
- J. du Toit, *Provincial Characteristics of South Africa*, 2002.
- Lourenço Rodrigues, MSc, *Experiência de Planificação Distrital de Alto Molocué*, 1986.
- MÉTIER,Lda, *Folhas Informativas dos 33 Municípios, 2000 e 1997*.
- MÉTIER,Lda, *Moçambique: Crescimento e Reformas*, 2003..
- MÉTIER,Lda, *Perfil de Descentralização de Moçambique*, 2004.
- Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural – Hidráulica Agrícola, *Levantamento dos Regadios, Relatório Final*, Junho 2002.
- Ministério da Educação, *Estatísticas Escolares, 2000 a 2003*.
- Ministério da Saúde, Direcção de Planificação e Cooperação, *Perfil*

Estatístico Sanitário da Província de Nampula, 2004.

Ministério do Plano e Finanças e Ministério da Administração Estatal, *Orientações para a elaboração dos Planos Distrais de Desenvolvimento, 1998.*

Ministério do Plano e Finanças, *Balanço do Plano Económico e Social de 2003, 2004.*

Ministério do Plano e Finanças, Gabinete de Estudos, DNPO, *Relatório sobre Pobreza e Bem-estar em Moçambique: 2ª Avaliação Nacional (2002-03).*

Ministério do Plano e Finanças, *Plano de Acção Para a Redução da Pobreza Absoluta (2001-2005), Conselho de Ministros, 2001.*

UN System, *Mozambique Common Country Assessment, 2000.*

UN System, *Mozambique – Millennium Development Goals, 2002.*

UNDAF, *Mozambique - Development assistance Framework, 2002-2006.*

UNDP, *Governance and local development, 2004.*

UNDP, *Poverty and Gender, 2004.*

UNDP, *Relatórios Nacionais do Desenvolvimento Humano, 1998 a 2001.*

UNDP, *Rural Regions: Overcoming development Disparities, 2003.*

UNDP, *Sustained local development, Senegal, 2004.*

Unidade de Coordenação do Desenvolvimento Integrado de Nampula, *Brochura Distrital e Municipal, 2003.*

Ville de Gatineau, Canadá, *Profil Economique, 2004.*

World Bank, *Poverty Monitoring Toolkit, 2004.*

World Bank, *Social Analysis Sourcebook, 2003.*

Série: Perfis Distritais
Edição: 2005

Editor: Ministério da Administração Estatal
Coordenação: Direcção Nacional da Administração Local
Copyright © Ministério da Administração Estatal
Um resumo desta publicação está disponível na Internet em <http://www.govnet.gov.mz/>

Assistência técnica: MÉTIER – Consultoria & Desenvolvimento, Lda
Um resumo desta publicação está disponível na Internet em <http://www.metier.co.mz>
Copyright © MÉTIER, Lda



MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO ESTATAL

Série “Perfis Distritais de Moçambique”

Edição 2005